

CLAUDIMIR REPCZUK

**CARGA TRIBUTÁRIA E SUAS PECULIARIDADES EM UMA “EMPRESA
METALÚRGICA DE CURITIBA”**

Monografia apresentada ao Programa do
Curso de Pós-Graduação do
Departamento de Contabilidade, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito para obtenção do título de
especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Jaime Bettoni

CURITIBA

2010

Aos meus pais,
por todo carinho, educação, ensinamentos e acima de tudo,
pelo incentivo que sempre me deram ao longo dos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo a DEUS por ter me dado forças e abençoado sempre a minha vida.

À minha família que significa tudo para mim.

Ao meu orientador pela ajuda e paciência que teve comigo.

À “Indústria Metalúrgica” pela abertura dos dados necessários à conclusão do estudo.

À minha linda namorada, pela compreensão que teve em todos os momentos que me ausentei para dedicação aos estudos.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram.

**“Nada é certo nesse mundo,
exceto a morte e os impostos”**
Benjamin Franklin

RESUMO

REPCZUK, Claudimir. Carga tributária e suas peculiaridades em uma “empresa metalúrgica de Curitiba”. O objetivo desse estudo foi demonstrar através de um levantamento real, o desembolso efetivo de uma indústria metalúrgica em relação aos principais tributos recolhidos à União, Estado e Município, nos períodos de 2006, 2007 e 2008. No desenvolvimento da pesquisa buscou-se, primeiramente, fazer uma breve abordagem econômica do setor de autopeças, no qual a empresa está inserida e também houve uma preocupação em conceituar os principais tributos incidentes em suas operações. Em seguida, foi apresentada a empresa com o objetivo de demonstrar a sua representatividade no setor em que atua, facilitando com isso a comparação desse estudo com outras empresas do mesmo ramo. Apresentou-se os dados tributários e as comparações com o faturamento e com o lucro líquido, visando demonstrar o quanto os mesmos representaram para a empresa. Destacou-se o tributo de maior “peso” em termos de arrecadação e o total que foi desembolsado a cada ano, com o objetivo de verificar se a tendência era de queda ou crescimento. Os resultados finais foram considerados satisfatórios, uma vez que, conseguiu-se demonstrar que de todos os tributos analisados, o INSS, embora normalmente tratado por encargo previdenciário, foi o mais representativo em termos de desembolso para a empresa. No aspecto de arrecadação, a União foi à esfera de governo que absorveu a maior parte dos tributos. Em relação à carga tributária de cada ano, verificou-se uma tendência de crescimento.

Palavras chaves: Setor Metalúrgico, Aspectos Econômicos, Carga Tributária.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Desempenho do setor de autopeças – 2003 a 2008	21
Tabela 02 – Distribuição de faturamento, número de empregados, unidades industriais e volumes de exportação e importação por Estado	23
Tabela 03 – Percentuais de Presunção Aplicáveis sobre a Receita Bruta da Atividade	39
Tabela 04 – Faturamento Bruto em milhares de reais	60
Tabela 05 – Imobilizado em milhares de reais	60
Tabela 06 – Tributos de Competência Privativa da União	62
Tabela 07 – Comparação tributos União x Faturamento bruto	62
Tabela 08 – Comparação tributos União x Lucro Líquido	63
Tabela 09 – Tributos de Competência do Estado	63
Tabela 10 – Comparação tributos Estado x Faturamento bruto	64
Tabela 11 – Comparação tributos Estado x Lucro Líquido	64
Tabela 12 – Tributos de Competência do município	65
Tabela 13 – Comparação tributos município x Faturamento bruto	65
Tabela 14 – Comparação tributos município x Lucro Líquido	65
Tabela 15 – Tributos desembolsados na “Indústria metalúrgica” (R\$ mil.....	69
Tabela 16 – Tributos União, Estado e Município x Lucro Líquido	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição geográfica das empresas – 1998 x 2008	18
Gráfico 02 – Distribuição geográfica dos empregados – 1998 x 2008	19
Gráfico 03 – Valor do capital, faturamento e investimento 1994 x 2008	20
Gráfico 04 – Distribuição das empresas conforme a origem do capital – 1998	20
Gráfico 05 – Distribuição das empresas conforme a origem do capital – 2008	21
Gráfico 06 – Distribuição de faturamento por Estado - 2007	23
Gráfico 07 – Faturamento (2008 comparado a 2007)	24
Gráfico 08 – Energia elétrica (2008 comparado a 2007)	24
Gráfico 09 – Empregos (em milhares).....	25
Gráfico 10 – Desembolso com tributos por esfera de governo – 2006	66
Gráfico 11 – Desembolso com tributos por esfera de governo – 2007	67
Gráfico 12 – Desembolso com tributos por esfera de governo – 2008	67
Gráfico 13 – Representatividade por tributos – 2008	68
Gráfico 14 – Total de desembolso com tributos (R\$ mil)	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abipeças: Associação Nacional da Indústria de Autopeças
AH: Análise Horizontal
CF: Constituição Federal
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN: Código Tributário Nacional
DARF: Documento de Arrecadação da Receita Federal
DAS: Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DRE: Demonstração do Resultado do Exercício
EPP: Empresa de Pequeno Porte
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo e Serviço
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
GEIA: Grupo Executivo para a Indústria Automobilística
GM: General Motors
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE: Imposto de Exportação
II: Imposto de Importação
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS: Contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF: Imposto de Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IRPJ: Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF: Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS: Imposto sobre serviço de qualquer Natureza
ME: Microempresas
JK: Juscelino Kubitschek
PIB: Produto Interno Bruto
PIS: Programa de Integração Social
RFB: Receita Federal do Brasil
RIR: Regulamento do Imposto de Renda
SAT: Seguro Acidente de Trabalho
Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
Senac: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai: Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria
Sesc: Serviço Social do Comércio
Sesi: Serviço Social da Indústria
Sindipeças: Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças para Veículos Automotores
STF: Supremo Tribunal Federal
TIPI: Tabela de Incidência do IPI
UFIR: Unidade Fiscal de Referência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.2	QUESTÃO DE PESQUISA.....	11
1.3	OBJETIVO.....	12
1.3.1	Objetivo geral	12
1.3.2	Objetivos específicos	12
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	12
1.5	JUSTIFICATIVA	13
1.6	METODOLOGIA DE PESQUISA	13
1.6.1	Abordagem do problema.....	13
1.6.2	Objetivos	14
1.6.3	Procedimentos	14
2	ASPECTOS ECONÔMICOS DO SETOR DE AUTOPEÇAS.....	15
2.1	PERÍODO DE 1956 A 1961.....	16
2.2	MEADOS DE 60 ATÉ FINAL DE 70.....	16
2.3	DÉCADA DE 80	17
2.4	DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DE AUTOPEÇAS NO BRASIL.....	17
2.5	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS	18
2.6	ORIGEM DO CAPITAL	19
2.7	DESEMPENHO DO SETOR – 2003 A 2008.....	21
2.8	REPRESENTATIVIDADE.....	22
2.9	DESEMPENHO DO SETOR NO PARANÁ	24
3	ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	26
3.1	CARGA TRIBUTÁRIA E O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	26
3.2	CONCEITO DE TRIBUTO.....	26
3.3	ESPÉCIES DE TRIBUTOS	27
3.3.1	Impostos.....	27
3.3.2	Taxas	28
3.3.3	Contribuições de melhoria.....	28
3.3.4	Empréstimos compulsórios	29
3.3.5	Contribuições especiais/sociais.....	29
3.4	ASPECTOS GERAIS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	30
3.4.1	Principais Princípios Constitucionais Tributários	30
3.4.1.1	Princípio da Legalidade.....	30
3.4.1.2	Princípio da Isonomia Tributária (igualdade).....	31
3.4.1.3	Princípio da irretroatividade.....	31
3.4.1.4	Princípio da anterioridade	32
3.4.1.5	Princípio do não-confisco	32
3.4.1.6	Princípio da tipicidade (tipologia).....	32
3.5	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA PRIVATIVA DA UNIÃO.....	33
3.5.1	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).....	33
3.5.1.1	Lucro Real.....	34
3.5.1.1.1	Obrigatoriedade.....	35
3.5.1.1.2	Apuração.....	36
3.5.1.1.3	Base de cálculo	37
3.5.1.2	Lucro Presumido	37
3.5.1.2.1	Opção.....	38
3.5.1.2.2	Base de Cálculo para o IRPJ	39

3.5.1.2.3	Distribuição de lucros	40
3.5.1.3	Lucro Arbitrado.....	40
3.5.1.3.1	Período de apuração.....	41
3.5.1.3.2	Hipóteses de arbitramento	41
3.5.1.4	Super Simples.....	42
3.5.1.4.1	Cálculo e alíquotas.....	44
3.5.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	44
3.5.2.1	Base de cálculo e alíquota	44
3.5.3	Programa de Integração Social – PIS	45
3.5.3.1	Regime de incidência não-cumulativa	45
3.5.3.1.1	Base de cálculo	45
3.5.3.1.2	Exclusões ou deduções da base de cálculo.....	45
3.5.3.2	Regime de incidência Cumulativa	46
3.5.4	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	48
3.5.4.1	Regime de incidência não-cumulativa	48
3.5.4.2	Regime de incidência Cumulativa	48
3.5.5	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	49
3.5.5.1	Fato gerador e base de cálculo	49
3.5.5.2	Alíquotas	50
3.5.6	Instituto Nacional de seguridade Social - INSS.....	51
3.5.7	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.....	51
3.5.8	Imposto de Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF	52
3.6	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL..	52
3.6.1	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	52
3.6.1.1	Hipóteses de incidência e não-incidência	53
3.6.1.2	Fato gerador.....	54
3.6.1.3	Alíquotas	55
3.6.1.4	Base de cálculo	56
3.7	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS.....	56
3.7.1	Imposto de Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	56
3.7.2	Imposto de Serviços de qualquer Natureza - ISS.....	57
4	ESTUDO PRÁTICO	59
4.1	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	59
4.1.1	Desempenho econômico.....	60
4.2	CARGA TRIBUTÁRIA DA EMPRESA.....	61
4.2.1	Competência privativa da União.....	61
4.2.2	Competência do Estado	63
4.2.3	Competência dos Municípios	64
4.2.4	Arrecadação tributária por esferas de governo	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6	REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Vivemos numa era em que a carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo. De tudo que as empresas geram de riquezas, uma boa fatia é destinada ao pagamento de tributos.

Para que as organizações possam suportar esse peso tributário, primeiramente, devem ter pleno conhecimento de quanto estão pagando de tributos, para colocar os seus produtos no mercado.

Conhecendo a carga tributária a empresa consegue fazer uma previsão, e com isso, evitar pagamentos em atrasos que geram multas e, conseqüentemente, desembolsos desnecessários.

Muitas empresas apuram e pagam os tributos, mas não fazem idéia de quanto eles representam efetivamente de desembolso para a empresa. No máximo, sabem o valor de cada tributo isoladamente, no momento que efetuam o pagamento.

Outro requisito indispensável para a sobrevivência de uma empresa é ter um conhecimento aprofundado da legislação tributária brasileira. Conhecendo bem a legislação, é possível encontrar lacunas que podem ser utilizadas como formas de planejamento tributário, visando à redução no pagamento dos tributos.

Sem um conhecimento da legislação a empresa pode estar pagando tributos indevidos, ou de valores maiores do que os devidos efetivamente.

A maioria dos administradores não dá a real importância aos tributos dentro de uma empresa. A omissão ou até mesmo um simples erro na apuração de um tributo, pode ser o fracasso de uma entidade. Por ter grande relevância, em termos financeiros dentro da empresa, os tributos devem ser alvos de frequentes análises e revisões.

Para o governo os tributos cobrados são destinados a investimentos na saúde, educação, infra-estrutura, e até como forma de redistribuição de renda, entre outras. No entanto, parece que quanto mais o governo arrecada de tributos, sempre falta para investir no bem estar da população. Cada dia se torna mais visível que a União está transferindo uma responsabilidade maior para as empresas, do que elas podem suportar, e isso, fica nítido pelo aumento da arrecadação no país.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Dificuldade das empresas em suportar a alta carga tributária brasileira. Quanto mais riquezas são geradas, maior é a parcela destinada ao fisco.

Ao constituir uma empresa, além de um estudo de mercado, para verificação da viabilidade e aceitação de determinado produto, há ainda toda a questão tributária. Ter em mente que os tributos são despesas líquidas e certas, e que irão acompanhá-la por toda a sua existência, é fundamental.

A Receita Federal do Brasil (RFB) desenvolveu nos últimos anos sistemas mais sofisticados para controle da arrecadação dos tributos, desta forma, se torna indispensável às empresas um acompanhamento dessa evolução.

Nenhuma organização por livre e espontânea vontade, tem o “privilegio” de não pagar tributos, o máximo que consegue é alguma isenção ou redução que conste na legislação.

Cientes dessa obrigatoriedade tributária perante o fisco, cabe às empresas ter um conhecimento aprofundado de todos os tributos, tanto da legislação aplicável quanto da mensuração dos valores, com o objetivo de apurar a representatividade destes na sua economia.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

No desenvolvimento do estudo houve a preocupação em responder duas questões de pesquisa:

Quanto efetivamente uma empresa metalúrgica desembolsa, de tributos para colocar os seus produtos no mercado?

Qual a destinação dos tributos arrecadados, por esfera de governo (União, Estado e município)?

1.3 OBJETIVO

1.3.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo informar o público em geral sobre a representatividade dos tributos de uma empresa metalúrgica de grande porte de Curitiba.

1.3.2 Objetivos específicos

- Apresentar os conceitos dos tributos obrigatórios para a empresa;
- fazer um levantamento do desembolso efetivo que a empresa teve com esses tributos no período de 2006, 2007 e 2008;
- demonstrar a representatividade desses tributos, comparando com o faturamento e com o lucro líquido da empresa;
- elaborar tabelas e gráficos que demonstrem a destinação dos tributos por esfera de governo (União, Estado e Município), e a representatividade por órgão competente; e
- informar a representatividade por tributo, em termos de desembolso dentro da empresa.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Foi feita uma análise dos tributos no período de 2006, 2007 e 2008 de uma Indústria metalúrgica de grande porte de Curitiba. No desenvolvimento da pesquisa procurou-se demonstrar a representatividade, em termos de desembolso efetivo, com esses tributos dentro da organização.

No desenvolvimento da pesquisa não houve um aprofundamento nos cálculos dos tributos. Fez-se uso dos valores já apurados e efetivamente desembolsados pela empresa no período de análise.

1.5 JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema para o desenvolvimento da monografia se deu por ser um assunto que tem relevante impacto na área financeira da empresa, e também, por que trabalho na empresa alvo da pesquisa, facilitando com isso, o acesso às informações necessárias.

1.6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Os procedimentos metodológicos têm por objetivo definir o tipo de pesquisa científica a ser realizada.

Nesta parte descrevem-se os procedimentos a serem seguidos, na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com a peculiaridade de cada pesquisa. Requer-se, no entanto, a apresentação de informações a cerca de alguns aspectos, como os que são apresentados a seguir: tipo de pesquisa, população de amostra, coleta de dados, análise de dados (GIL, 2002, p. 162).

A metodologia de pesquisa foi definida segundo três aspectos: quanto à abordagem do problema; quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos.

1.6.1 Abordagem do problema

O presente estudo se classifica em uma mescla qualitativa e quantitativa. Onde, os aspectos qualitativos se apresentaram através da interpretação dos dados da empresa e na pesquisa bibliográfica acerca do assunto, e os quantitativos se tornaram visíveis pelo levantamento dos valores dos tributos pagos pela empresa e da comparação desses valores com o faturamento e com o Lucro Líquido.

O contexto qualitativo para Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 19):

É baseado em um esquema indutivo, é expansivo e em geral não busca criar questões de pesquisa anteriormente nem provar hipóteses preconcebidas, e sim deixar que essas surjam durante o desenvolvimento do estudo. É individual, não mede numericamente os fenômenos estudados nem tampouco tem como finalidade generalizar os resultados de sua pesquisa; não realiza análise estatística, seu método de análise é interpretativo, contextual e etnográfico.

Já o enfoque quantitativo para Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 19):

Se fundamenta em um esquema dedutivo e lógico, busca formular questões de pesquisa e hipóteses para posteriormente testá-las, confia na medição padronizada e numérica, utiliza a análise estatística, é reducionista e pretende generalizar os resultados de seus estudos mediante amostras representativas.

1.6.2 Objetivos

Quanto aos objetivos a pesquisa se classifica como descritiva, onde buscou-se através da análise dos dados apresentados pela empresa, informar o público em geral, sobre a peso da carga tributária, sem interferir nesses dados.

GIL (2002, p. 42):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e a observação sistemática.

1.6.3 Procedimentos

Em relação aos procedimentos classifica-se como um estudo de caso, onde se concentrou na análise dos tributos da empresa no período de 2006, 2007 e 2008. Houve um levantamento dos principais tributos desembolsados pela empresa, visando informar qual a representatividade em relação ao faturamento e ao Lucro Líquido.

2 ASPECTOS ECONÔMICOS DO SETOR DE AUTOPEÇAS

Segundo relatório setorial, elaborado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a partir do programa de desenvolvimento da indústria brasileira traçado nos anos 50 por Juscelino Kubitschek (JK), a indústria automobilística foi o carro chefe. Montadoras como a Ford e a GM (General Motors) já haviam manifestado interesse pelo mercado brasileiro na década de 20, quando estabeleceram operações de montagens de veículos no país, deixando outras empresas automotivas que possuíam escritórios de representação, encarregadas da importação dos veículos já montados.

Devido a essa abertura das montadoras no mercado brasileiro, surgiu nessa época a indústria de autopeças, que viu pela frente todo um mercado de peças para reposição a ser explorado. Ao longo dos anos 50, a indústria de autopeças aumentou a participação nos produtos das montadoras, chegando a 30% das peças fornecidas, muito embora ainda fossem peças com menor tecnologia empregada.

Em 1952 as empresas de autopeças criaram o Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças para Veículos Automotores (Sindipeças), o qual se mantém até os dias atuais como representante do setor de autopeças no Brasil. Atualmente, além do Sindipeças, há também a Abipeças (Associação Nacional da Indústria de Autopeças), que atua como representante do setor. Eles atuam diretamente no desenvolvimento e fortalecimento do setor, e contam com cerca de 500 empresas associadas de pequeno, médio e grande porte.

Com o intuito de proteger a Indústria de autopeças e ao mesmo tempo incentivar a indústria nacional, o governo proibiu a importação de peças com similares nacionais. Antes mesmo dos planos automotivos lançados pelo governo, às empresas já adotavam algumas práticas industriais:

- Subcontratação, em oposição à integração vertical das montadoras;
- Relacionamento baseados em cooperação;
- Predominância do capital nacional no setor de autopeças.

Logo após a sua posse em 1956, JK lançou o plano automotivo Grupo Executivo para a Indústria Automobilística (GEIA), que consistia em fechar o

mercado brasileiro, procurando impedir as importações, fixando uma taxa de câmbio. Essa medida protegia o mercado nacional, e inviabilizava a produção das multinacionais, porém, as empresas que decidissem pela permanência ou instalação no Brasil, com essas condições receberiam do governo incentivos financeiros, como importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial e isenção de imposto alfandegário e de consumo para máquinas e equipamentos.

Com essa política do governo, houve a chegada das montadoras no Brasil, e isso trouxe mudanças no restante da cadeia produtiva, e consequentemente no setor de autopeças. Neste momento, se identifica três fases distintas no relacionamento entre montadoras e fornecedores. A primeira abrange o período de 1956 a 1961, em seguida teve a fase que começou em meados de 60 até o final de 70 e por último a década de 80.

2.1 PERÍODO DE 1956 A 1961

Na primeira fase, até 1961, o governo induziu a uma horizontalização da indústria automobilística, onde instituiu que 95% de cada veículo deveria ser produzido no Brasil, e isso, gerou uma relação de dependência das montadoras que aceitaram operar no Brasil em relação aos fornecedores que aqui se encontravam. Nesse período, houve uma relação bastante cooperativa entre os fornecedores (autopeças) e as montadoras.

2.2 MEADOS DE 60 ATÉ FINAL DE 70

Com o aumento da inflação ocorreram mudanças no relacionamento entre fornecedores e montadoras. As montadoras foram acusadas como um dos vilões do aumento da inflação, e repassaram a responsabilidade pelos altos custos de produção aos fornecedores. Com isso, a relação cooperativa que até então existia, deu lugar a um novo tipo de relacionamento entre as montadoras e os fornecedores, entre eles, a pressão por diminuição de preços e redução de prazos de contrato. Neste período a relação de cooperação foi praticamente extinta.

2.3 DÉCADA DE 80

O relacionamento entre montadoras e fornecedores foi influenciado por uma política econômica. Primeiro o governo proibiu a integração vertical das montadoras, de componentes que elas já adquiriam de terceiros, protegendo como isso, a indústria de autopeças. Depois, o governo criou uma política de controle de preços, onde as montadoras eram obrigadas a informar os custos quando desejassem aumentar os preços.

Nessa época, o Sindipeças, assim como outros sindicatos adotaram uma estratégia de estímulo ao compartilhando de informações de custos e preços entre as empresas, ocasionando com isso, a formação de cartéis como meio de proteção do setor como um todo.

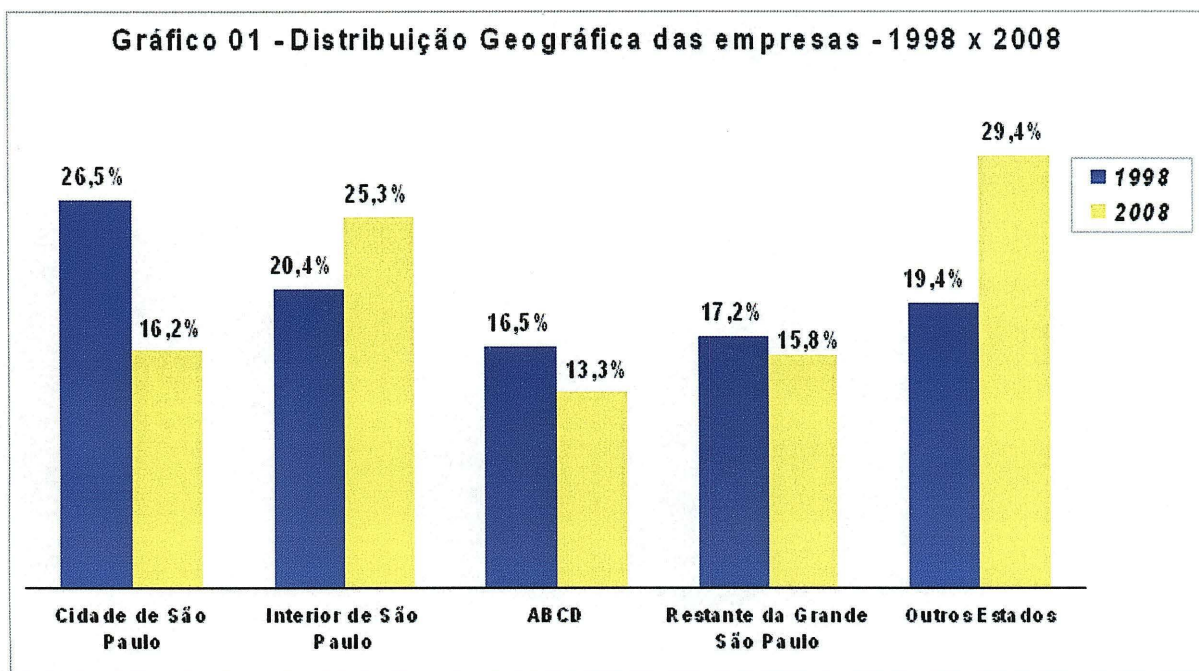
A partir de 1990, com abertura do mercado pelo governo Collor, que permitia a importação de veículos e componentes, a indústria automobilística brasileira começou a se transfigurar e houve uma mudança radical no mercado. A busca das montadoras, pela redução de custos e a necessidade de alcançar padrões mundiais de preço e qualidade impactaram fortemente o setor de autopeças.

2.4 DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DE AUTOPEÇAS NO BRASIL

A localização das indústrias de autopeças, estava fortemente concentrada no Estado de São Paulo, porém nos últimos anos o setor teve sua abrangência nacional ampliada. Segundo dados do Sindipeças das 513 empresas associadas em 1998, 80,6% estavam sediadas em solo paulista. Dez anos depois, de um total de 477 empresas associadas ao Sindicato, apenas 70,6% permaneciam no mesmo estado. Dentro da região paulista, a cidade que sofreu mais com a redução na quantidade de empresas foi à cidade de São Paulo, passando de 26,5% para 16,2%.

Nos últimos anos o Estado de São Paulo começou a perder espaço no segmento de autopeças. Isso pode estar relacionado com a abertura de montadoras em outros estados, que acaba puxando essas empresas de autopeças para perto delas.

O gráfico 01 a seguir demonstra a distribuição geográfica do setor, comparando 1998 com 2008.



Fonte: Sindipeças¹

Notas: Interior de São Paulo², ABCD³, Restante da Grande São Paulo⁴ e Outros Estados⁵.

2.5 DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

A distribuição geográfica dos empregados também acompanhou o desempenho do setor. Em 1998, eram 25,5% trabalhando em empresas de fora do Estado de São Paulo e em 2007 o percentual subiu para 32,4%.

¹ Anexo I – Informações econômicas do setor de autopeças.

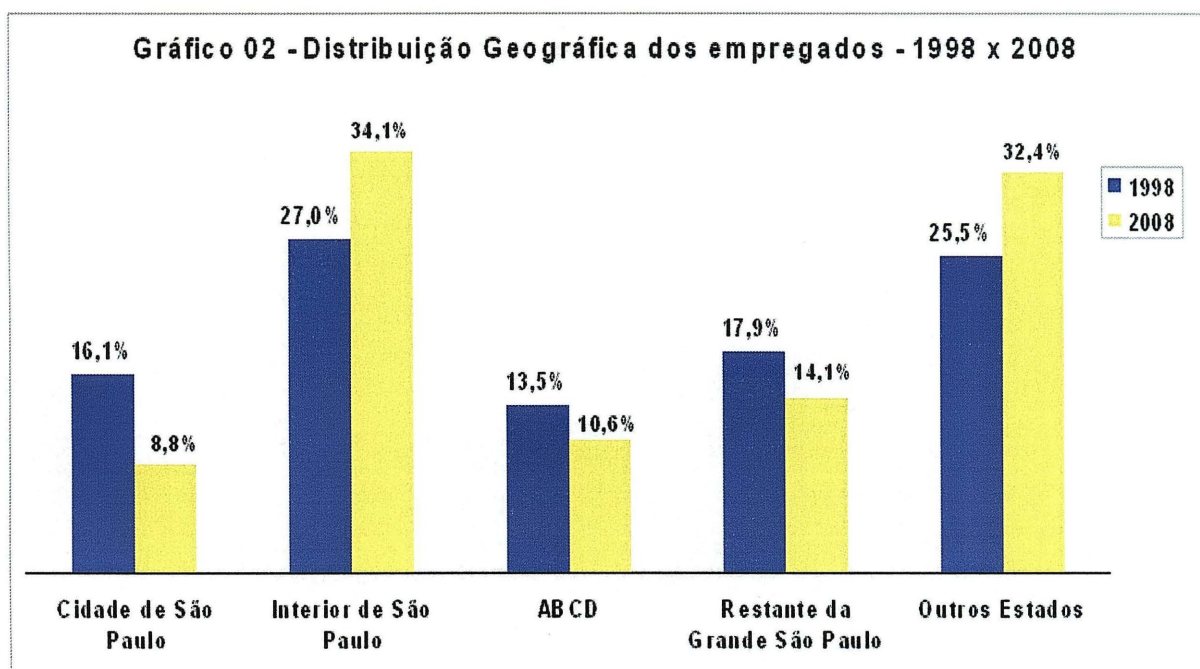
² Interior de São Paulo refere-se a empresas localizadas em municípios como Campinas, Limeira, Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos.

³ ABCD refere-se, respectivamente, às cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

⁴ Restante da Grande São Paulo refere-se a empresas localizadas em municípios como Guarulhos, Osasco, Mauá e Mogi das Cruzes.

⁵ Outros Estados refere-se a empresas localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas.

No gráfico 02 pode ser melhor acompanhado essa distribuição dos empregados do setor de autopeças.



Fonte: Sindipeças⁶

2.6 ORIGEM DO CAPITAL

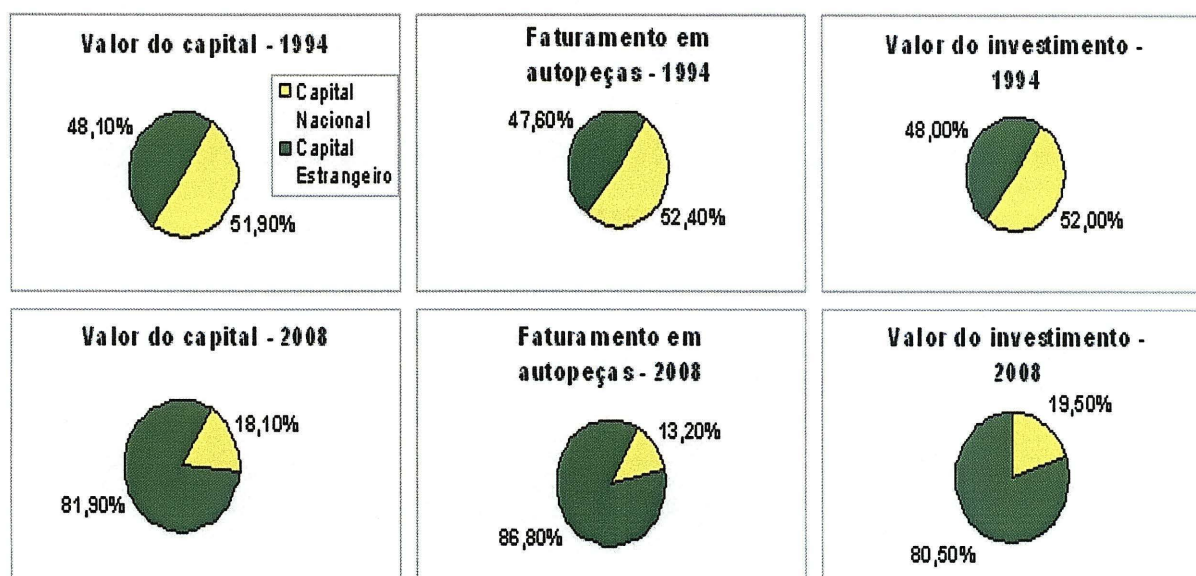
No início da década de 90, o capital empregado no setor de autopeças era na maioria, composto por capital nacional. Nos últimos anos houve uma internacionalização desse setor. O Sindipeças iniciou uma pesquisa em 1994, onde constatou neste ano que 51,9% do capital do setor tinha origem de empresas nacionais e 48,1% de estrangeiras. Já em 2008, os percentuais se alteraram, onde 81,9% foram de capital nacional e 18,10% de capital estrangeiro. Houve também uma alteração no faturamento das empresas brasileiras, que foi de 52,4% em 1994, contra 13,2% em 2008. Os investimentos também acompanharam essa tendência.

Os benefícios fiscais e a mão-de-obra barata, tem atraído cada vez mais as empresas de autopeças estrangeiras ao Brasil.

⁶ Anexo I – Informações econômicas do setor de autopeças.

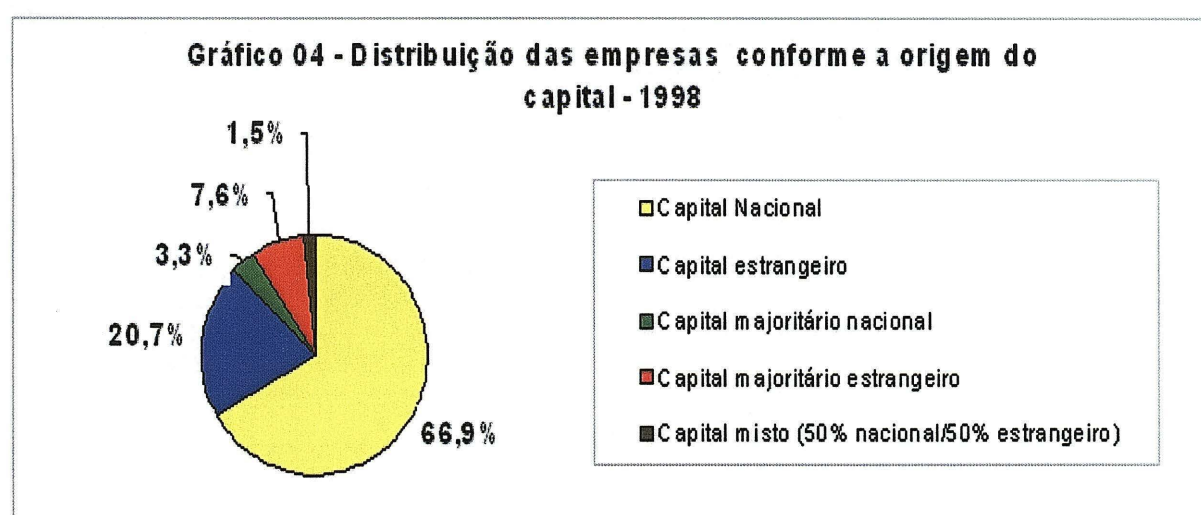
A alteração da origem do capital na comparação de 1994 com 2008, pode ser acompanhada pelo gráfico 03.

Gráfico 03 – Valor do capital, faturamento e investimento 1994 x 2008



Fonte: Sindipeças⁷

Em relação à quantidade de empresas, observa-se no gráfico 04 que de um total de 513 empresas associadas em 1998, havia uma maioria absoluta de 66,9% com capital totalmente nacional.

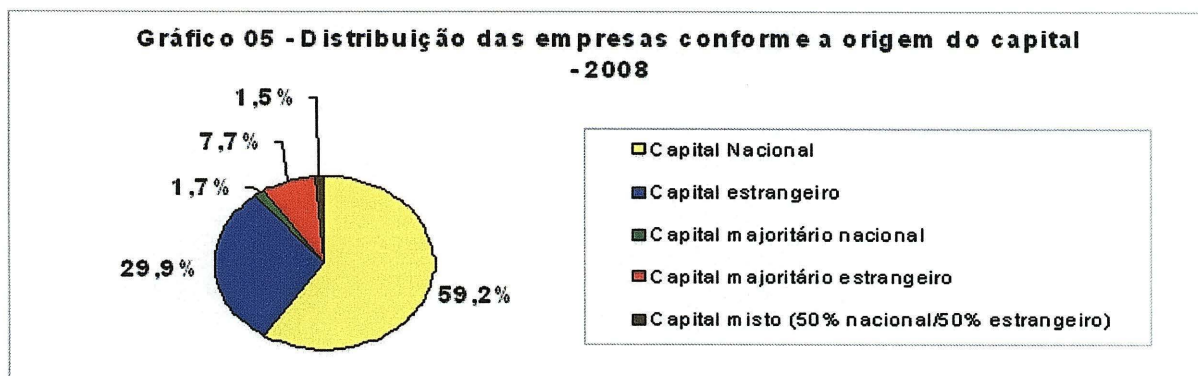


Fonte: Sindipeças⁸

⁷ Anexo I – Informações econômicas do setor de autopeças.

⁸ Anexo I – Informações econômicas do setor de autopeças.

Já em 2008, de 477 empresas associadas o percentual diminuiu para 59,2%, como ilustrado no gráfico 05.



Fonte: Sindipeças

2.7 DESEMPENHO DO SETOR – 2003 A 2008

Através de fontes do Sindipeças (Tabela 01), nota-se que o desempenho do setor, seguiu uma pequena, porém, contínua tendência de crescimento.

Tabela 01 - Desempenho do setor de autopeças - 2003 à 2008						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Faturamento						
Valor em moeda corrente (R\$ milhões)	40.938	54.254	61.464	62.121	68.283	75.171
Valor em dólares (US\$ milhões)	13.330	18.548	25.263	28.548	35.053	40.992
Distribuição percentual por destino						
Montadoras	55,8	58,5	61,7	61,5	65,6	66,3
Reposição	14,3	13,4	12,3	12,0	13,5	13,2
Exportações	23,5	20,9	18,7	19,0	13,4	12,0
Intersectorial	6,6	7,2	7,3	7,5	7,5	8,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Balança Comercial (milhões de US\$ FOB)						
Exportações (diretas + indiretas)	4.791,8	6.057,3	7.486,2	8.764,0	9.131,3	10.071,3
Importações	4.330,1	5.596,0	6.655,0	6.779,2	9.215,6	12.610,2
Saldo	461,7	461,3	831,2	1.984,8	-84,2	-2.538,9
Investimentos						
Investimentos realizados (US\$ milhões)	532,0	843,0	1.413,0	1.300,0	1.385,0	1.500,0
Participação dos investimentos sobre faturamento (%)	4,0	4,5	5,6	4,6	4,0	2,1
Empregados (número de pessoas em milhares)						
Horistas	122,9	134,6	141,5	143,3	156,2	149,9
Mensalistas	47,8	52,4	55,0	55,7	60,8	57,6
Total	170,7	187,0	196,5	199,0	217,0	207,5
Capacidade ociosa (%)						
	26,0	15,0	13,0	15,0	13,0	15,0
Consumo de Energia (Bilhões de kwh)						
	4,5	5,2	5,5	5,8	6,1	6,2

Fonte: Sindipeças

Notas: Faturamento⁹, Investimentos realizados¹⁰ e Empregados¹¹.

⁹ Faturamento com ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação Serviços) e sem IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

¹⁰ Convertido pela taxa média do câmbio.

¹¹ Fechamento anual.

2.8 REPRESENTATIVIDADE

Segundo o Departamento de Imprensa e Economia do Sindipeças (informativo março 2006), em 2005 a indústria automotiva, incluídas montadoras e autopeças, faturaram US\$ 60 bilhões, representando 18% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial.

Somente a indústria de autopeças fechou 2005 com uma representação de 5% do PIB industrial, distribuído da seguinte forma:

- 648 unidades industriais em nove Estados brasileiros;
- 40 sistemistas (empresas fornecedoras de conjuntos completos de peças);
- US\$ 24,2 bilhões de faturamento;
- US\$ 7,5 bilhões de exportações;
- 1,4 bilhão de investimentos;
- 197 mil empregos diretos.

Conforme anuário “desempenho do setor de autopeças 2009”, publicado pelo sindipeças, a indústria de autopeças ficou distribuída em 2007, de acordo com seu faturamento, número de empregados, unidades industriais e volumes de exportação e importação por estado¹², com uma absoluta participação do Estado de São Paulo, seguido pelo Estado de Minas Gerais.

¹² Anexo I – Informações econômicas do setor de autopeças.

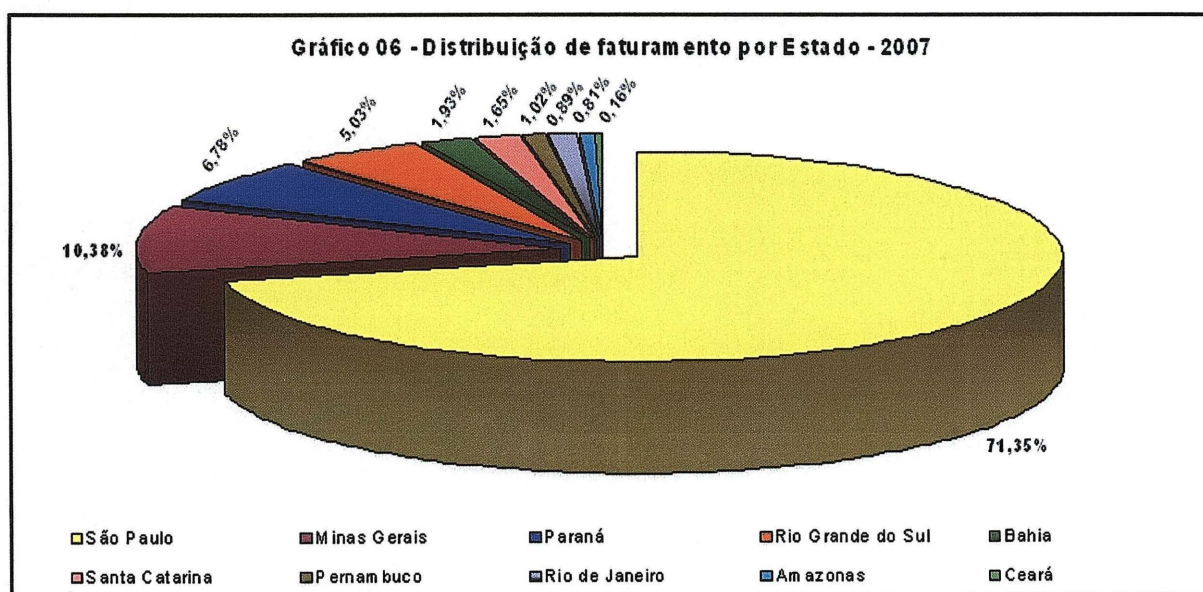
A Tabela 02, permite uma melhor visualização dessa distribuição dos empregados do setor de autopeças.

Tabela 02 - Distribuição de faturamento, número de empregados, unidades industriais e volumes de exportação e importação por Estado

Estado	Faturamento	Empregados	Unidades Industriais	Exportações	Importações
São Paulo	71,36%	69,15%	71,62%	58,57%	48,78%
Minas Gerais	10,38%	11,76%	9,26%	8,83%	12,89%
Paraná	6,78%	4,77%	4,10%	10,68%	12,74%
Rio Grande do Sul	5,03%	4,73%	5,31%	10,38%	5,99%
Bahia	1,93%	2,04%	2,88%	0,72%	1,39%
Santa Catarina	1,65%	4,18%	3,49%	5,70%	1,08%
Pernambuco	1,02%	1,13%	0,61%	0,44%	0,10%
Rio de Janeiro	0,89%	0,91%	1,52%	3,44%	4,77%
Amazonas	0,81%	1,16%	1,06%	0,94%	6,15%
Ceará	0,16%	0,17%	0,15%	0,08%	0,09%
Outros Estados	-	-	-	0,22%	6,02%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Sindipeças

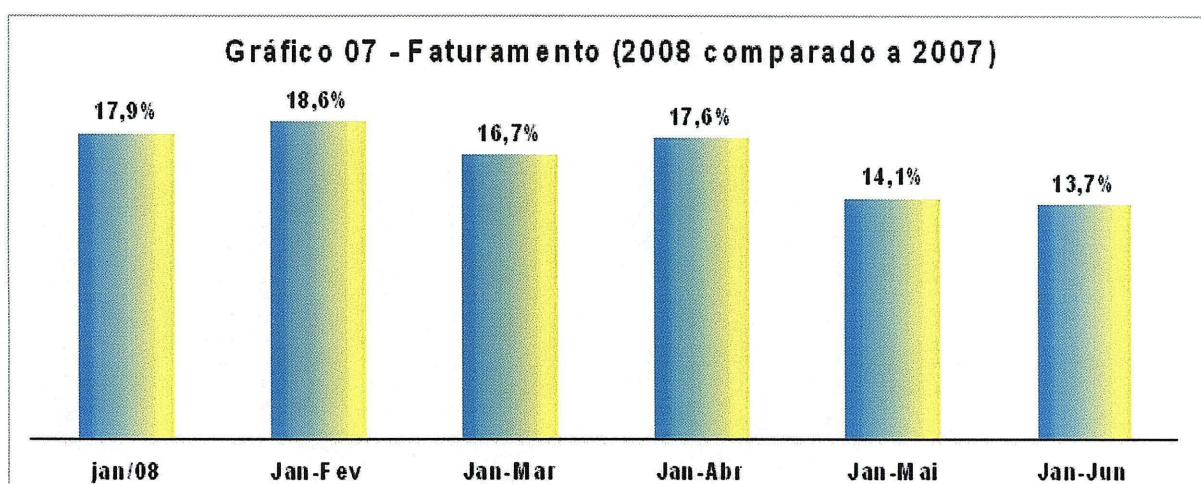
O Estado do Paraná em 2007 manteve o terceiro maior faturamento de autopeças do Brasil, como melhor visualizado no gráfico 06.



Fonte: Elaborado pelo autor

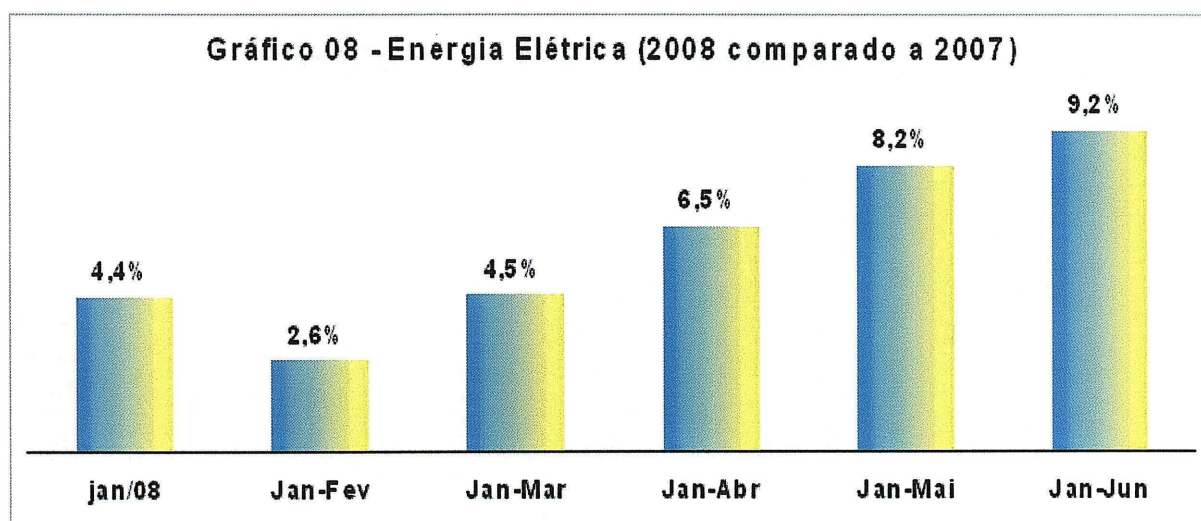
2.9 DESEMPENHO DO SETOR NO PARANÁ

Segundo dados do “Informativo do Sindipeças – Outubro de 2008”, as vendas de autopeças no Estado do Paraná, de janeiro a junho, em reais deflacionados, cresceram 13,7% sobre iguais meses de 2007, de acordo com levantamento feito com oito empresas que respondem por 42% do faturamento no Estado. No gráfico 07 pode ser visualizado o desempenho positivo do faturamento em 2008 em comparação a 2007.



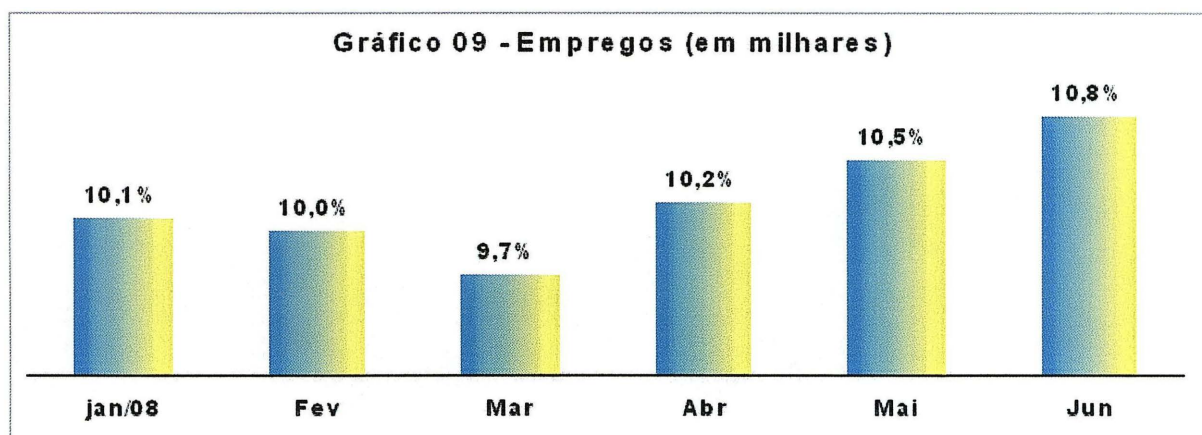
Fonte: Sindipeças

O consumo de energia elétrica, como demonstrado no gráfico 08, cresceu 9,2% no primeiro semestre de 2008 comparado ao mesmo semestre de 2007.



Fonte: Sindipeças

Já a quantidade de empregos do setor de autopeças (Gráfico 09) em Junho de 2008 fechou com um crescimento de 10,8%.



Fonte: Sindipeças

3 ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

3.1 CARGA TRIBUTÁRIA E O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

De todas as riquezas geradas pela empresa, uma considerável fatia é destinada ao pagamento dos tributos. Esses, por sua vez compõem o que chamamos de carga tributária. O conceito de carga tributária segundo Bettoni (2009 p.10), “refere-se à relação entre o montante total da receita de natureza tributária, arrecadada em determinado período, e o Produto Interno Bruto neste mesmo período de tempo”.

Pêgas (2007, p. 20):

A terminologia carga tributária é utilizada com freqüência pela mídia em geral e não paramos para entender seu significado. A carga tributária representa a parcela que é retirada da economia para o pagamento de tributos aos entes federativos, ou seja, União, estados e municípios. Logo, quando a referência for carga tributária, estamos nos referindo aos impostos, taxas e contribuições pagas no dia-a-dia para os mais diversos órgãos públicos.

O PIB representa a soma de tudo que é produzido no país em determinado período, sendo divulgado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o objetivo de analisar qual a parcela que é retirada da empresa e para qual esfera de governo é destinada a maior fatia da arrecadação, foi efetuada uma divisão dos tributos nos três níveis de governo, ou seja, União, Estado e município.

3.2 CONCEITO DE TRIBUTO

Tributo pode ser conceituado transcrevendo o art. 3º do Código Tributário Nacional – CTN:

“Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

Já Fabretti (2001 p.112) resume tributo “dizendo que é sempre um pagamento compulsório em moeda, forma normal da extinção tributária.”

Para entender melhor a definição de tributo conforme o CTN, Oliveira (2005, p.53), assim define cada um dos elementos:

Tributo é a prestação pecuniária, pois o conceito legal exclui qualquer prestação que não seja representada por dinheiro. Não podem ser cobrados tributos que consistam em prestação de serviços. Só a lei pode obrigar o contribuinte a pagar tributo em moeda corrente do país ou em outra unidade traduzível em moeda, tal como a UFIR.

Oliveira (2005, p. 53) ainda explica:

O tributo é compulsório, pois a obrigatoriedade faz parte de sua essência. O tributo não decorre de negócio jurídico realizado mediante manifestação de vontade das partes, e, sim, de uma relação de soberania do Estado que lhe permite exigir de todos aqueles que praticaram o fato gerador, independentemente da vontade.

A criação ou instituição de um tributo depende exclusivamente da lei, não sendo admitidas outras maneiras de criá-lo.

O Art. 3º do CTN afirma que o tributo não constitui sanção ou ato ilícito, significa que a hipótese de incidência depende da prática de atos lícitos. Deve-se observar quais situações, como a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de rendimentos, são suficientes para o nascimento de obrigações tributárias, como o Imposto de Renda, por exemplo, ainda que esses rendimentos sejam provenientes de atividades ilícitas (...).

Finalmente, a cobrança do tributo é uma atividade privada da administração pública que não pode ser exercida por nenhuma outra pessoa. Além disso, há de ser vinculada, ou seja, a administração pública deverá agir estritamente conforme a lei e não segundo seus critérios de conveniência e oportunidade.

3.3 ESPÉCIES DE TRIBUTOS

No Brasil existem cinco espécies tributárias distintas, que são os impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais/sociais.

3.3.1 Impostos

O CTN em seu artigo 16 conceitua: “imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa aos contribuintes”.

Fato gerador do imposto é assim definido por Amaro (2003, p.30):

É uma situação (por exemplo, aquisição de renda, prestação de serviços etc.), que não supõe nem se conecta com nenhuma atividade do Estado especificamente dirigida ao contribuinte. Ou seja, para existir imposto de certo indivíduo, não é preciso que o Estado lhe preste algo determinado. A atuação do estado dirigida a promover o bem comum beneficia o contribuinte, mas este frui das utilidades que o Estado fornece porque é membro da comunidade e não por ser contribuinte.

Imposto é um tributo pago pelo contribuinte ao Estado sem nenhuma contraprestação direta ou imediata, sendo esta, a sua principal característica.

3.3.2 Taxas

O artigo 77 do CTN define: “as taxas (...) tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte, ou posto a sua disposição.”

O termo poder de polícia, Pêgas (2007, p. 43) esclarece:

É utilizado no sentido do poder de limitar e disciplinar, por parte da administração pública, atividades de interesses públicos, tais como: segurança, higiene, boa ordem, costumes, disciplina da produção, do mercado, tranqüilidade pública e respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Diferentemente dos impostos, as taxas são vinculados, ou seja, em função do pagamento, o contribuinte recebe do Estado uma contraprestação de imediato.

3.3.3 Contribuições de melhoria

Quanto às contribuições de melhoria, Pêgas (2007 p. 44) conceitua como, “a contribuição de melhoria, cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, pode ser instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária para o contribuinte”.

De acordo com Oliveira (2005 p.62), “as contribuições de melhoria caracterizam-se como tributos, assim definidas pelo CTN, que se destinam a fazer

face ao custo de obras públicas de que decorram valorizações direta ou indireta de um imóvel.”

3.3.4 Empréstimos compulsórios

A Constituição Federal (CF) em seu art. 148, assim, trata empréstimos compulsórios:

A União mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I – para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- II – no caso de investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional (...).

3.3.5 Contribuições especiais/sociais

É um tipo de contribuição que visa beneficiar um determinado grupo de pessoas, com as quais o contribuinte tenha alguma relação direta, ou em prol de uma coletividade. Compete somente a União instituir as contribuições sociais.

As contribuições sociais não se enquadram em nenhuma das espécies definidas pelo CTN. Embora essa questão seja bastante discutida na doutrina tributária, em entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) pode-se dizer que existem cinco espécies de tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. Os exemplos de contribuições sociais são: a Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social (Cofins), o Programa de Integração Social (Pis), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

3.4 ASPECTOS GERAIS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Para a cobrança de tributos é necessário que haja a observância dos princípios tributários. São eles que dão sustentação às normas que estabelecem a cobrança de tributos.

3.4.1 Principais Princípios Constitucionais Tributários

O governo ao instituir um tributo, deve seguir rígidos princípios estabelecidos na Constituição Federal. A não observância a qualquer um desses princípios, impossibilita, judicialmente, a cobrança do tributo.

Oliveira (2005, p.69) afirma que:

O tributo não existe sem fronteiras e reside nessas a limitação do poder de tributar. Tais limitações são formadas pela união de traços que demarcam o modo, o campo, a forma e a intensidade com que atuará o poder de tributar.

Quando uma lei é publicada, deve ser respeitada, pois se presume constitucional. Por outro lado, se uma lei é declarada inconstitucional pelo STF, torna-se regra jurídica nula.

Ainda de acordo com oliveira (2005, p.69):

Os tributos são capacitados de princípios constitucionais para que possam ser exercidos. Na verdade, esses princípios regem limite do poder de tributar; quando um tributo ultrapassa ou não respeita um dos princípios constantes em lei referente a eles é nesse ponto que está localizada fronteira do poder do tributo.

3.4.1.1 Princípio da Legalidade

No art. 150, inciso I da Constituição Federal é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exigir ou aumentar tributo sem Lei que o estabeleça. Sendo assim, um tributo somente poderá ser exigido ou aumentado, se for expedido previamente uma Lei no sentido formal e restrito, isto é, uma Lei aprovada pelo poder legislativo.

Portanto, um tributo não poderá ser criado, nem aumentado por decreto, portarias, instrução normativa, exceto se existir previsão legal expressa.

Para que um tributo seja criado ou aumentado é necessária uma lei ordinária que o ampare, exceto nos casos em que a CF tenha determinado o uso da lei complementar (Art. 148 e 154, I, da CF).

3.4.1.2 Princípio da Isonomia Tributária (igualdade)

Princípio que deriva do Art. 5º da CF, que proíbe qualquer tipo de distinção entre as pessoas, garantindo que todos são iguais perante a Lei. Os contribuintes devem ter tratamento tributário igual aos que estão em situação equivalente, e diferenciada em situação desigual, na medida dessa desigualdade (CF art. 150, II).

Dessa forma, o tratamento tributário aos contribuintes será de acordo com a sua capacidade contributiva, ou melhor, serão graduados conforme a sua capacidade econômica.

O princípio deriva do princípio republicano que proíbe qualquer tipo de distinção entre as pessoas, considerando que todos são iguais perante a lei (Art. 5º da CF). A igualdade tributária garante o tratamento tributário igual entre os contribuintes que se encontrem em situação igual e diferencia para aqueles que estiverem em situação desigual, na medida de suas desigualdades. Assim, uma pessoa que aufera renda de um salário mínimo por mês será tratada em matéria tributária de forma diferente daquela outra que recebe vinte salários mínimos mensais (Oliveira, 2005, p. 70).

3.4.1.3 Princípio da irretroatividade

A lei só alcança os fatos ocorridos a partir da sua publicação, sendo vedado à cobrança de tributos em relação a fatos geradores que tenham ocorrido antes da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado (CF art. 150, III, “a”).

Tal princípio preserva e assegura juridicamente, a incidência tributária somente após a vigência da Lei, sem qualquer prejuízo ao contribuinte.

3.4.1.4 Princípio da anterioridade

Esse princípio veda à cobrança de tributos no mesmo exercício que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou (CF, art. 150, III, “b”). Dessa forma, um tributo só poderá ser exigido se a lei que o instituiu ou aumentou, foi publicada pelo menos, no ano anterior ao que for cobrado. Isso garante ao contribuinte um tempo para se adaptar ao tributo criado, ficando a sua cobrança postergada para o primeiro dia do ano seguinte ao da publicação da lei.

Essa regra não se aplica aos tributos: Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) e Imposto Extraordinário por motivo de guerra.

Já os tributos para contribuições sociais como PIS, COFINS e CSLL só poderão se criados ou aumentados, decorridos 90 (noventa) dias da publicação da lei, comumente chamado de princípio da noventena (CF, art. 150, III, “c”).

3.4.1.5 Princípio do não-confisco

Esse princípio veda a utilização do tributo como forma de confisco. O objetivo é garantir a racionalidade na cobrança do tributo, de tal forma, que haja um limite para avançar no patrimônio do indivíduo.

Conforme Oliveira (2005, p. 71), “essa pode ser uma forma mínima de preservar a propriedade do indivíduo; caso contrário seria irracional aplicar tributos que precisariam destituir o contribuinte de todos os seus bens para o pagamento do bem”.

3.4.1.6 Princípio da tipicidade (tipologia)

Conforme Bettoni (2009, p. 37), “a lei tem que descrever todos os elementos fundamentais do fato que gerará a obrigação tributária (pessoal, temporal, espacial, material e quantitativo), para que cada tributo possa ser distinguido dos demais, constituindo cada um “tipo” tributário próprio daí chamado tipicidade”.

3.5 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA PRIVATIVA DA UNIÃO

Na Federação brasileira, os entes políticos (União, Estados, distrito Federal e Municípios) têm atribuições exercidas com autonomia, desta forma, a Constituição preocupa-se em provê-los de recursos, para que cada qual consiga atender os seus respectivos dispêndios.

Competência tributária para Amaro (2003, p.93) é:

A aptidão para criar tributos – da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Todos têm, dentro de certos limites, o poder de criar determinados tributos e definir seu alcance, obedecidos os critérios de partilha de competência estabelecidos pela Constituição. A competência engloba, portanto, um amplo poder político no que respeita a decisões sobre a própria criação do tributo e sobre a amplitude da incidência (...).

Pêgas (2007, p. 33), complementa:

A constituição define expressamente, quais impostos podem ser cobrados pela União, pelos Estados e pelos municípios, sendo esta divisão denominada competência tributária. Assim, a União não pode, por exemplo, cobrar impostos incidentes sobre serviços, pois esta é uma competência atribuída, regra geral, aos municípios e, em parte, aos estados.

3.5.1 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)

O IRPJ é um tributo que incide sobre o lucro de uma empresa. A cobrança é de competência da União, regulamentada pela Constituição Federal, que dispõe dos seguintes princípios básicos:

- Critério da generalidade, o qual diz que toda e qualquer forma de renda ou proventos deve ser tributada nos limites e condições da lei;
- Critério da universalidade, diz que o tributo deve ser cobrado de todos que auferirem renda, dentro dos termos da lei, sem distinção de nacionalidade, sexo, cor, profissão, religião, etc;
- Critério da progressividade, diz que o tributo deve ser graduado por faixas de renda, de tal forma que as alíquotas mais altas recaiam sobre as faixas maiores de renda, ou melhor, tem por objetivo aplicar

o preceito de justiça tributária que diz: “quem pode mais paga mais e quem pode menos paga menos, e quem não pode, não paga nada”.

✓ **Fato gerador**

O CTN em seu Art. 43 determina que o fato gerador do IR é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda ou proventos de qualquer natureza.

Art. 43 – O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

- I. De renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
- II. De proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior;

✓ **Regimes de tributação e base de cálculo**

Atualmente no Brasil, de acordo com o art. 44 do CTN e art. 219 do RIR/99, a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pode ser: Lucro Real, Presumido ou Lucro Arbitrado. Existe ainda o regime do Super Simples, aplicável a determinadas empresas.

✓ **Alíquotas**

O IRPJ é calculado aplicando-se a alíquota básica de 15% sobre o lucro (real, presumido ou arbitrado), mais o adicional de 10% sobre o lucro que exceder, no exercício, a R\$ 240.000,00 (R\$ 20.000,00 por mês ou R\$ 60.000,00 por semestre).

3.5.1.1 Lucro Real

Segundo Teixeira e Zanluca (2005, p. 26), “Lucro real é lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizado pelo Regulamento”.

A opção pelo Lucro Real pode ser feita por qualquer empresa, sem nenhuma restrição. Este é um regime próprio de incidência do Imposto de Renda, pois, nele demonstra-se o resultado efetivo apurado no exercício da atividade.

3.5.1.1.1 Obrigatoriedade

Estão obrigadas à apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) com base no lucro real, as empresas:

- a) Cujas receitas totais, no ano-calendário anterior, sejam acima de R\$ 48.000.000,00;
- b) Instituições financeiras, empresas de seguros privados, de capitalização, de previdência privada e equiparadas;
- c) Que tenham lucros ou rendimentos oriundos do exterior;
- d) Que gozem de benefícios fiscais de isenção/redução do imposto de renda;
- e) Que no decorrer do ano tenham efetuado a suspensão ou redução do imposto;
- f) Empresas de fomento mercantil – “*Factoring*”;
- g) Empresas de construção civil com registro de custo orçado.

As empresas tributadas pelo lucro real, devem manter escrituração contábil abrangendo todas as suas operações, os resultados apurados, seus lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior.

Segundo Teixeira e Zanluca (2005, p. 179): “A falta de escrituração traz a possibilidade de arbitramento do lucro, cumulativamente à imposição das penalidades cabíveis.”

3.5.1.1.2 Apuração

As empresas que apuram o Lucro Real, durante o ano calendário poderão adotar como forma de cálculo do IR/CSLL, o Lucro Real Trimestral ou o Lucro Real Anual (estimativa mensal).

De acordo com Pêgas (2007, p. 315):

O lucro real trimestral representa a tributação sobre o lucro feita a cada trimestre. Então, no mesmo ano fiscal, a pessoa jurídica encerra quatro períodos distintos, sendo devido IR e CSL apenas a cada três meses e de forma definida. Com isso, a empresa é obrigada a efetuar quatro recolhimentos no ano, não sendo necessário acompanhamento mensal, pois a exigência só acontece trimestralmente.

No Lucro Real Trimestral os recolhimentos efetuados são definitivos, ou seja, não estarão sujeitos a ajustes no encerramento do ano-calendário. É uma forma de tributação que gera uma desvantagem ao contribuinte, em termos de planejamento tributário, porque a legislação prevê somente uma compensação de 30% de prejuízos fiscais, eventualmente apurados nos trimestres seguintes.

Já a opção pela apuração com base no lucro real anual, Pêgas (2007, p. 429), assim define:

Na escolha da opção anual, há obrigatoriedade do recolhimento mensal em bases estimadas. Então, embora a apuração definitiva da base de cálculo somente ocorra no final do ano, a empresa será obrigada por lei a recolher ao Fisco mensalmente uma parcela de IR e CSL, como antecipação.

O regime da estimativa tem por característica ser uma forma de antecipação mensal de IR/CSLL, resultando, portanto, em cálculos provisórios cujos recolhimentos serão ajustados com o IR/CSLL apurados no encerramento do período-base, normalmente em 31/dezembro.

De acordo com Teixeira e Zanluca (2005, p. 28): “Na opção de Estimativa, o pagamento do IRPJ pode ser suspenso ou reduzido, desde que a empresa comprove através de balancetes mensais, que o saldo do IRPJ a recolher é menor que o calculado por Estimativa sobre a receita.”

Oliveira (2005, p.100):

As pessoas jurídicas sujeitas à tributação com base no regime do lucro real poderão optar pela sua apuração anual, que compreenderá o período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Entretanto, além de ficarem impedidas de optar pela tributação com base no lucro presumido, elas estarão obrigadas ao pagamento mensal da parcela do imposto que será devido a título de antecipação, inclusive o relativo ao mês de dezembro, calculado por estimativa. Essas parcelas são vencíveis até o último dia útil do mês subsequente ao de apuração.

3.5.1.1.3 Base de cálculo

A base de cálculo do IRPJ no lucro real é o resultado do somatório de um percentual aplicado sobre a receita bruta (total de vendas menos as canceladas, devoluções, descontos incondicionais e o IPI) do mês, acrescido de ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos. Não integram a base de cálculo as receitas de aplicações financeiras, equivalência, recuperação de créditos, reversão de provisões, lucros, dividendos e os juros sobre capital.

3.5.1.2 Lucro Presumido

Embora não seja a forma mais adequada sob o ponto de vista econômico, pois se baseia em mera presunção de lucro, a tributação pelo IR segundo as regras do lucro presumido é, na verdade, bastante prática e simplificada. Isso tem despertado o interesse de um número cada vez maior de empresas, principalmente daquelas impedidas de optar pelo Simples Nacional.

De acordo com Pêgas (2007, p.404):

O Lucro Presumido é uma forma de tributação que utiliza apenas as receitas da empresa para apuração do resultado tributável de IR e CSLL. Com isso, esses tributos são calculados por um resultado estimado, encontrado através de percentuais definidos em lei. O cálculo de IR e CSLL pelo lucro presumido tem um grau de simplicidade bem maior em comparação com o cálculo pelo lucro real.

Pêgas (2007, p.404) ainda acrescenta:

O lucro presumido não representa uma forma de tributação obrigatória, podendo o contribuinte, se assim desejar, ser tributado pelo lucro real, mesmo com o valor de receita bem reduzido. No entanto, algumas empresas não podem optar pelo lucro presumido.

Lucro Presumido “é a forma de tributação simplificada do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)”. (Teixeira e Zanluca, 2005, p. 53)

3.5.1.2.1 Opção

Poderão optar pela tributação com base no Lucro Presumido, as pessoas jurídicas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) ao mês.

A opção pela tributação com base no lucro presumido, será manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário e será aplicada em relação a todo o período de atividade da empresa em cada ano-calendário (art. 26 da Lei nº 9.430/96).

Pêgas (2007, p. 408) alerta:

A opção pelo lucro presumido deve ser exercida com todo o cuidado, sendo manifestada através do primeiro recolhimento do imposto. Uma vez recolhido o IR com o código do lucro presumido, não há possibilidade de mudança na opção, ficando o contribuinte obrigado a recolher IR e CSL no restante do ano nesta forma de tributação.

Assim, considera-se formalizada a opção mediante a indicação, no campo 04 do Documento de Arrecadação da Receita Federal (DARF), do código de receita próprio do imposto apurado nesse regime de tributação (2089).

Portanto, em relação ao ano-calendário de 2010 a opção será manifestada com o pagamento da primeira quota ou quota única do imposto apurado no primeiro trimestre cujo vencimento se deu em 30/04/2010.

A pessoa jurídica que iniciar atividade a partir do segundo trimestre manifestará a opção pelo lucro presumido com o pagamento da primeira quota ou

quota única do imposto devido relativo ao período de apuração de início de atividade (art. 26, § 2º da Lei nº 9.430/96).

Não impede o exercício da opção pela tributação com base no lucro presumido, o fato de a empresa não ter efetuado o pagamento nos prazos legais ou efetuado o pagamento com insuficiência. Ocorrida esta hipótese, o débito deverá ser pago com os acréscimos legais cabíveis.

As empresas que se enquadram na tributação pelo Lucro Real, não poderão optar pela tributação presumida.

Abaixo, segue tabela de percentuais aplicáveis sobre a Receita Bruta da Atividade, para a tributação presumida.

Tabela 03 - Percentuais de Presunção Aplicáveis sobre a Receita Bruta da Atividade	
ATIVIDADE GERADORA DA RECEITA	PERCENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> • Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural 	1,60%
<ul style="list-style-type: none"> • Venda de mercadorias e produtos (exceto revenda de combustível para consumo) • Transporte de cargas • Serviços hospitalares • Atividade Rural • Industrialização com materiais fornecidos pelo encomendante • Atividades Imobiliárias • Construção por empreitada, quando houver emprego de materiais próprios, em qualquer quantidade • Outras atividades (exceto prestação de serviços para a qual não esteja previsto percentual específico) 	8,00%
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de transporte (exceto o de cargas) • Serviços (exceto hospitalares, de transporte e de sociedades civis de profissão regulamentada) prestados com exclusividade por empresas com receita bruta anual não superior a R\$ 120.000,00 • Instituições financeiras a entidades a elas equiparadas 	16%
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços em geral, para os quais não esteja previsto percentual específico, inclusive prestados por sociedades civis de profissões regulamentadas • Intermediação de negócios, inclusive representação comercial e corretagem (se Seguros, imóveis, etc.) • Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza. • <i>Factoring</i> • Construção por empreitada, quando houver emprego unicamente de mão-de-obra, ou seja, sem o emprego de materiais. 	32%

Fonte: Elaboração do autor

3.5.1.2.2 Base de Cálculo para o IRPJ

O lucro presumido será apurado, trimestralmente, pela soma das seguintes parcelas (arts. 25, 51 e 53 da Lei nº 9.430/96):

- a) o valor resultante da aplicação dos percentuais de presunção indicados na tabela 03, sobre a receita bruta da atividade auferida em cada trimestre;
- b) demais receitas e ganhos de capital e outros acréscimos à base de cálculo.

A base de cálculo é o resultado do somatório de um percentual aplicado sobre a receita bruta ajustada (valor das vendas ou serviços, menos vendas canceladas, IPI, devoluções e descontos incondicionais) e acrescida de ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos, inclusive receita financeira.

3.5.1.2.3 Distribuição de lucros

As pessoas jurídicas que tributam pelo lucro presumido podem distribuir os lucros em forma de dividendos.

Para Pêgas (2007, p. 416):

As empresas que optam pelo lucro presumido podem distribuir lucros para seus sócios e acionistas, sem tributação, pois os dividendos são considerados rendimentos isentos para pessoa física e jurídica. No entanto, esta distribuição isenta de IR está limitada ao lucro presumido do período menos o valor dos tributos federais. Portanto, a distribuição por valores acima do lucro presumido apurado só deverá ser feita caso a empresa demonstre que obteve lucros acima da base presumida, e para isso, deverá ter escrituração contábil completa.

Desta forma, as empresas poderão distribuir valores acima do lucro presumido, desde que, demonstrem na sua escrituração contábil, através do livro diário revestido de todas suas formalidades, e que poderá ser obtido das receitas e despesas pelo regime de caixa e não de competência.

3.5.1.3 Lucro Arbitrado

Teixeira e Zanlunga (2005, p. 67), “o arbitramento é uma forma de cálculo do imposto de renda utilizada pela autoridade ou pelo contribuinte”.

É utilizada pela autoridade tributária, quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as obrigações acessórias relativas à determinação do lucro real ou presumido, conforme o caso. O contribuinte pode ter o seu lucro arbitrado, por exemplo, quando optou pela apuração com base no lucro real, porém não tem o Livro Diário ou Razão, ou também, quando deixa de escriturar o livro inventário.

É calculado e efetuado o pagamento pelo contribuinte (auto-arbitramento), quando ocorrida qualquer das hipóteses de arbitramento previstas na legislação fiscal, desde que a receita bruta seja conhecida.

Oliveira (2005, p. 106):

O contribuinte poderá efetuar o pagamento do IRPJ com base no lucro arbitrado (auto-arbitramento), desde que a receita bruta seja conhecida (...). O contribuinte, ao optar pelo auto-arbitramento, deverá observar que essa forma de apuração abrangerá todo o ano-calendário, assegurada, ainda, a tributação com base no lucro real relativa aos trimestres não submetidos ao arbitramento, se a pessoa jurídica dispuser de escrituração exigida pela legislação comercial e fiscal que demonstre o lucro real dos períodos não abrangidos por aquela modalidade de tributação.

Será manifestada pelo contribuinte a tributação com base no lucro arbitrado, mediante o pagamento da primeira quota ou da quota única do imposto devido, correspondente ao período de apuração trimestral em que o contribuinte se encontrar nas condições de arbitramento determinadas na legislação.

3.5.1.3.1 Período de apuração

De acordo com o disposto nos art. 220 e 530 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99), a partir de 01/01/1997, a tributação com base no lucro arbitrado passou a ocorrer trimestralmente, em períodos de apuração encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário.

3.5.1.3.2 Hipóteses de arbitramento

O art. 530 do RIR/99 determina que o imposto de renda devido trimestralmente seja arbitrado quando:

- a) A escrituração a que estiver obrigado o contribuinte revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para: identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária; ou determinar o lucro real;
- b) O contribuinte deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal, ou deixar de apresentar o livro caixa, no qual deverá estar escriturada toda a movimentação financeira, inclusive bancária, quando optar pelo lucro presumido e não mantiver escrituração contábil regular;
- c) O contribuinte optar indevidamente pelo lucro presumido;
- d) O comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade separadamente do lucro do comitente, residente ou domiciliado no exterior;
- e) O contribuinte não manter, em boa ordem e, segundo as normas contábeis recomendadas, o Livro Razão ou fichas utilizadas para resumir, totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no diário;
- f) O contribuinte não manter na forma das leis comerciais e fiscais, ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal, nos casos em que o mesmo se encontre obrigado ao lucro real.

3.5.1.4 Super Simples

O Super Simples ou Simples Nacional é uma forma de tributação aplicada às Microempresas (ME) e às de Empresas de Pequeno Porte (EPP), a partir de 01.07.2007.

Bettoni (2009, p. 94):

O Simples Nacional é um regime diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14.12.2006. A Lei nº. 123 estabelece normas gerais relativas às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, não só o regime tributário diferenciado (Simples Nacional), como também aspectos relativos às licitações públicas, às relações de trabalho, ao estímulo ao crédito, à capitalização e à inovação, ao acesso a justiça, dentre outros, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte.

O Art. 3º da Lei nº. 123, define Microempresas e Empresas de Pequeno Porte da seguinte forma:

- I. no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);
- II. no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Esse regime de tributação surgiu com o propósito de facilitar o acesso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na economia brasileira. Tem como preocupação a desburocratização de abertura da empresa, bem como, recebe recursos na ordem de 20% dos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Um fator importante desse regime é a tributação, onde os débitos com a secretaria da Receita Federal poderão ser parcelados em até 120 meses. Os tributos federais, estaduais e municipais poderão ser pagos em um único documento, a DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Através do DAS é simplificado o recolhimento de oito tributos: IR; IPI; CSLL; COFINS; PIS; Contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Neste regime de tributação há uma redução média de recolhimento estimada de 20% e pode chegar a 45%.

Sem contar que no Super Simples as Receitas decorrentes de vendas ao exterior são desoneradas. Há também prioridade para Micro e pequenas empresas em compras governamentais de valor até R\$ 80.000,00 e preferências em casos de licitações. A administração pública passa também a exigir das grandes empresas que participam de licitação a subcontratação de microempresas até 30% do total licitado.

3.5.1.4.1 Cálculo e alíquotas

Para o Cálculo do Super Simples é disponibilizado no portal do Simples Nacional um aplicativo específico que calcula o valor devido e gera o DAS.

As alíquotas para o Super Simples serão obtidas de acordo com o ramo de atividade que a empresa está atuando, ou melhor, de acordo com o serviço da empresa.

3.5.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

“De competência exclusiva da União, essa contribuição foi instituída pela lei 7.689/88 com o objetivo de financiar a seguridade social por meio dos lucros auferidos pelas pessoas jurídicas e das entidades que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda” (Oliveira, 2005, p.112).

3.5.2.1 Base de cálculo e alíquota

A base de cálculo da CSLL poderá ser pelo lucro contábil (antes da provisão para o imposto de renda) com alguns ajustes, ou também pelo montante presumido, arbitrado ou ainda simples.

De acordo com o disposto no art. 28 da lei 9.430/96, para a CSLL são aplicadas às mesmas normas de apuração e pagamento que a do IRPJ, isso significa, que o pagamento de ambos deve ser pela mesma base de apuração (lucro, estimativa ou presumido). Portanto, se uma empresa optar por recolher o IRPJ pelo Lucro Real a CSLL deve obrigatoriamente obedecer o mesmo critério de opção.

Atualmente, a alíquota da CSLL é de 9%, com exceção das instituições financeiras e equiparadas que devem tributar sobre uma alíquota diferenciada de 15%.

3.5.3 Programa de Integração Social – PIS

O PIS é uma contribuição que foi criada pela Lei Complementar 07/70 com o objetivo de garantir aos trabalhadores recursos na forma de rendimentos ou abonos-salariais.

São contribuintes do PIS as pessoas jurídicas de direito privado de fins lucrativos e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda e as entidades sem fins lucrativos.

3.5.3.1 Regime de incidência não-cumulativa

Instituído em dezembro de 2002 pela Lei 10.637, esse regime permite o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica.

Tem como contribuintes as Pessoas Jurídicas tributadas pelo Lucro Real, exceto as instituições financeiras e equiparadas.

3.5.3.1.1 Base de cálculo

No regime de incidência não-cumulativa o Pis tem como base de cálculo o valor do faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente de sua denominação ou classificação contábil (Lei nº. 10.637, de 2002, art. 1º, §§ 1º e 2º e Lei nº. 10.833, de 2003, art. 1º, §§ 1º e 2º).

3.5.3.1.2 Exclusões ou deduções da base de cálculo

Excluem-se da base de cálculo os seguintes valores:

- a) às vendas canceladas;

- b) os descontos incondicionais concedidos (constantes da nota fiscal de venda ou da fatura de prestação de serviços e não dependentes de evento posterior à emissão desses documentos);
- c) o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- d) o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), exclusivamente quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- e) as reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas;
- f) o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido (equivalência patrimonial);
- g) os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;
- h) as receitas decorrentes da venda de bens do ativo permanente;
- i) as receitas de revenda de bens em que a contribuição já tenha sido recolhida pelo substituto tributário;
- j) as receitas excluídas do regime de incidência não-cumulativa, constantes do art. 10 da Lei 10.833, de 2003;
- k) as receitas isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;

O cálculo da contribuição para o PIS com incidência não-cumulativa será feito mediante a aplicação da alíquota de 1,65%.

3.5.3.2 Regime de incidência Cumulativa

Neste regime a tributação é feita sobre o total das receitas da pessoa jurídica, sem a possibilidade de qualquer desconto proveniente de créditos em relação a custos, despesas e encargos, ou seja, não se podem utilizar os créditos das entradas das mercadorias.

Os contribuintes são as Instituições Financeiras e Equiparadas e as Pessoas Jurídicas tributadas pelo IR com base no lucro presumido ou arbitrado.

A base de cálculo é o faturamento mensal, correspondente ao total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a sua classificação contábil adotada para as receitas.

Podem ser excluídos da base de cálculo, quando tiverem sido integrados, os valores:

- a) com vendas canceladas;
- b) dos descontos incondicionais concedidos (constantes da nota fiscal de venda ou da fatura de prestação de serviços e não dependentes de evento posterior à emissão desses documentos);
- c) do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- d) do ICMS, exclusivamente quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- e) das reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas;
- f) do resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido (equivalência patrimonial);
- g) dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;
- h) das receitas decorrentes da venda de bens do ativo permanente;
- i) das receitas isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;

Não incide o PIS sobre a venda de mercadorias e serviços, destinadas ao exterior (LC. 85 de 15.02.96).

A alíquota cumulativa é de 0,65%. A apuração é mensal, centralizada no estabelecimento matriz da pessoa jurídica e o pagamento deverá ser efetuado até o 25º dia útil do mês subsequente ao mês da ocorrência dos fatores geradores.

3.5.4 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Criada pela Lei Complementar 70/91, a COFINS tem como finalidade o custeamento da seguridade social, e visa assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Da mesma forma que o PIS, a COFINS tem como contribuintes as pessoas jurídicas de direito privado de fins lucrativos e as que lhes são equiparadas pela legislação do IR e as entidades sem fins lucrativos.

A COFINS não incide sobre a venda de mercadorias e serviços, destinadas ao exterior (LC. 85 de 15.02.96).

3.5.4.1 Regime de incidência não-cumulativa

A contribuição para a COFINS, pelo regime não-cumulativo foi instituída pela Lei 10.833 de dezembro de 2003, e tem como contribuintes as Pessoas Jurídicas tributadas pelo Lucro Real, exceto as instituições financeiras e equiparadas.

A base de cálculo, bem como, as exclusões e deduções são as mesmas apuradas para o PIS não-cumulativo.

A alíquota para o cálculo da contribuição para a COFINS não-cumulativa é de 7,6%.

3.5.4.2 Regime de incidência Cumulativa

Igualmente ao PIS, a COFINS pelo regime de incidência cumulativa não dá direito a descontar créditos apurados com base a custos, despesas e encargos da pessoa jurídica.

Tem como contribuintes as Instituições Financeiras e Equiparadas e as Pessoas Jurídicas tributadas pelo IR com base no lucro presumido ou arbitrado.

No regime cumulativo a base de cálculo, bem como as exclusões da base, quando tiverem sido integrados, seguem o mesmo modelo do PIS.

A alíquota da Contribuição para a COFINS cumulativa é de 3,0%. A apuração é mensal, centralizada no estabelecimento matriz da pessoa jurídica e o pagamento

deverá ser efetuado até o 25º dia útil do mês subsequente ao mês da ocorrência dos fatores geradores.

3.5.5 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Oliveira (2005, p.129), “o IPI é um tributo definido como indireto, cobrado pela União e que pode ser rotulado como extrajudicial, ou seja, tem a função arrecadatória de controle da economia”.

O IPI é definido pela Constituição Federal, da seguinte forma:

Art. 153 – Compete à União instituir impostos sobre: (...);

IV. produtos industrializados; (...)

§ 3º - O imposto previsto no inciso IV:

I. será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II. será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III. não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior; (...)

O produto será seletivo em função da sua essencialidade, desta forma, a Constituição Federal estabelece que quanto mais essencial for o produto, menor deverá ser a incidência do tributo sobre ele. Do mesmo modo, quanto menos essencial for o produto, maior será a incidência do tributo.

É não-cumulativo, uma vez, que o tributo poderá incidir várias vezes sobre a mesma mercadoria nas várias etapas de um processo econômico. Para que o tributo não incida em cascata, mas sobre o valor agregado de cada operação, é estabelecido ao contribuinte, efetuar o crédito nas entradas de insumos e o débito na saída do produto, gerando assim, no final da operação uma diferença que poderá ser um saldo a pagar ou a restituir.

3.5.5.1 Fato gerador e base de cálculo

O IPI tem como fatos geradores:

- a) nas operações de importação, tem como fato gerador o desembaraço aduaneiro;
- b) em operações internas, a saída de produto de estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial;
- c) nos casos de apreensão ou abandono de mercadorias, o fato gerador será a arrematação em leilão.

A base de cálculo do tributo será determinada a partir da ocorrência de um dos fatos geradores. No caso de desembaraço aduaneiro, será o preço normal, acrescido do montante do Imposto de Importação (II), taxas de entrada no país, encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis. Nas operações de saída dos produtos industrializados do estabelecimento industrial, é o valor da operação que decorrer a saída, inclusive frete, seguros, juros, descontos e embalagem. E por fim, nos casos de apreensão ou abandono de mercadorias, o preço da arrematação.

O produto será tributado pelo IPI quando caracterizado como industrializado. É considerado industrializado, quando submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação, a finalidade ou o aperfeiçoamento para o consumo.

3.5.5.2 Alíquotas

Os produtos são identificados e classificados de acordo com a Tabela de Incidência do IPI (TIPI), através de códigos com 8 (oito) dígitos e com a correspondente alíquota.

Por ser um tributo determinado pela essencialidade do produto, o IPI tem várias alíquotas, que são utilizadas como forma de política fiscal do Governo Federal.

Atualmente as alíquotas vigentes na TIPI, variam de 0 a 330%, conforme produto.

3.5.6 Instituto Nacional de seguridade Social - INSS

Essa contribuição é regulamentada pela Lei 8.212/91 e tem como objetivo principal o financiamento do Instituto Nacional de Seguridade Social, do Seguro Acidente de Trabalho (SAT), do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (Senai) ou Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Salário-educação e do Serviço Social da Indústria (Sesi) ou Serviço Social do Comércio (Sesc).

As alíquotas são de 22,5% para instituições financeiras e 20% para as demais empresas.

As empresas contribuem para o INSS com 20% sobre o valor bruto da folha de pagamento, 2% para o SAT¹³ e 5,8% para terceiros, totalizando um percentual de 27,8%.

3.5.7 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

Criado com a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, o FGTS tem como objetivo dar proteção ao trabalhador. Até a Constituição de 1988 era opcional, quando passou a ser obrigatório para todos os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O cálculo é feito sobre a remuneração mensal do empregado e o recolhimento é de obrigação do empregador. O valor é recolhido em um fundo em nome do empregado, na Caixa Econômica Federal, a qual administra esse fundo e concede uma pequena remuneração mensal.

¹³ O percentual do SAT varia de 1% a 3% de acordo com o ramo de atividade

3.5.8 Imposto de Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

Tributo de competência privativa da União, o IOF, incide sobre operações de crédito, câmbio e seguro e ou relativa a títulos e valores mobiliários.

Pires (2002, p. 102):

O imposto conhecido como IOF, tendo em vista sua antiga denominação (imposto sobre operações financeiras), incide sobre as operações de crédito, câmbio e seguros e sobre a compra e venda de títulos e valores mobiliários, realizados por instituições financeiras, companhias seguradoras e emissoras e corretores de títulos e valores mobiliários. Incide também, sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, excluída, neste caso, a incidência de qualquer outro tributo.

Já para Machado (1998, p. 253):

Efetivamente, o IOF é muito mais um instrumento de manipulação da política de crédito, câmbio e seguro, assim como de títulos, e valores mobiliários, do que um simples meio de obtenção de receitas, embora seja bastante significativa a sua função fiscal, porque enseja a arrecadação de somas consideráveis.

3.6 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

De competência Estadual, destaca-se o ICMS. Esse tributo tem grande relevância em termos de desembolso para a Indústria metalúrgica estudada. Sua tributação, fiscalização, arrecadação e administração se encontram no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

Para o Estado é o principal tributo com fins arrecadatórios.

3.6.1 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

O ICMS está delineado no inciso II do art. 155 da Constituição Federal e inserido no âmbito da competência tributária específica aos Estados e ao Distrito

Federal. Em sua íntegra, o critério material da hipótese de incidência do ICMS é realizar operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

A circulação econômica das mercadorias se dá quando estas são movimentadas com a finalidade de consumo, ou também quando são utilizadas em processo de comercialização ou industrialização, que gerarão novas saídas subsequentes, até chegar ao consumidor final.

O ICMS é não-cumulativo, ou seja, é compensado o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este Estado.

3.6.1.1 Hipóteses de incidência e não-incidência

O ICMS incide sobre (art. 2º da Lei 11.580/96):

- a) operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;
- b) prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;
- c) prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;
- d) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;
- e) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual;
- f) sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do

imposto, qualquer que seja a sua finalidade (Lei Complementar nº. 114/02);

- g) sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior; sobre a entrada, no território paranaense, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à industrialização ou à comercialização pelo destinatário adquirente aqui localizado, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto a este Estado.

Em linhas gerais, o ICMS não incidirá sobre:

- Mercadorias e prestações de serviços destinadas ao exterior;
- Operações que decorram da transferência de propriedade do estabelecimento;
- Operações com mercadorias que se destinem a aplicação pelo próprio autor em serviços tributados pelo ISS;
- Livros, jornais e periódicos e o papel destinado a sua impressão;
- Livros, jornais e periódicos em meio eletrônico ou mídia digital;
- Saídas de bens do ativo permanente.
- Remessa de peças, veículos, ferramentas, equipamentos e outros bens (não pertencentes à linha normal de comercialização) para uso fora do Estado.

3.6.1.2 Fato gerador

O fato gerador do ICMS, em resumo, será considerado no momento:

- Em que houver a saída da mercadoria, mesmo que para outro estabelecimento do mesmo contribuinte;
- Que houver fornecimento da alimentação, bebidas por qualquer estabelecimento;

- Que se iniciar a prestação de um serviço de transporte;
- Do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior.

3.6.1.3 Alíquotas

Variam de acordo com o tipo de operação (interna ou interestadual) e são seletivas em função da essencialidade dos produtos e serviços.

As operações internas são assim chamadas quando as mercadorias que circulam e as prestações de serviços ocorrem dentro do mesmo Estado, ou seja, quando o comprador e o vendedor estão localizados no mesmo Estado. Já nas operações interestaduais a mercadoria que circula ou a prestação de serviço ocorre em mais de um Estado.

As alíquotas internas são fixadas por cada Estado, e variam de 0 a 27%, sendo a mais comum de 18%.

As interestaduais são fixadas pelo Senado Federal e, portanto, de adoção obrigatória em todas as Unidades da Federação. São diferenciadas por região, sendo as seguintes:

- 12% (doze por cento) para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias e serviços a contribuintes estabelecidos nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo;
- 7% (sete por cento) para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal, e nos demais Estados não relacionados no inciso anterior;
- 4% (quatro por cento) na prestação serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal.

3.6.1.4 Base de cálculo

O Tributo tem como base de cálculo:

- Nos casos de saídas de mercadorias, o valor da operação;
- Em serviços de transporte, o preço;
- Nas importações, o valor dos documentos + Imposto de Importação (II) + Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) + Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) + despesas aduaneiras;
- Também integram a base de cálculo os seguros, juros, descontos condicionais, embalagens, frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por conta e ordem e seja cobrado em separado.

3.7 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS

Dentro da esfera municipal, apresenta-se a seguir dois tributos, com os quais a empresa teve desembolso no período em análise.

3.7.1 Imposto de Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU

O Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana tem sua legislação definida pela Constituição Federal (CF), art. 156, inc. I, e pelo CTN, art. 32.

É um tributo de competência dos municípios, cobrado com o objetivo primordial de obtenção de recursos financeiros.

De acordo com Machado (1998, p. 294):

O fato gerador do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana de município.

Já Pires (2002, p. 90), resume:

O IPTU, de competência aos municípios, incide sobre a propriedade predial e territorial urbana e tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, localizado na zona urbana do município.

3.7.2 Imposto de Serviços de qualquer Natureza - ISS

Tributo de competência dos municípios, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na Lista anexa a Lei Complementar 116/03, bem como, as prestações de serviços provenientes do exterior.

De acordo com Oliveira (2005, p. 158):

Nessa lista, os serviços incluídos ficam sujeitos apenas ao imposto previsto nesse artigo, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias. O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificados na lista de serviços fica sujeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O ISS não incide sobre:

- As exportações de serviços para o exterior do país;
- A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

A base de cálculo é o valor cobrado pelos serviços, não se incluindo o valor dos materiais fornecidos pelo prestador.

Quanto às alíquotas, cada município pode fixar as próprias, desde que observada à mínima e a máxima. O ISS é taxado por várias alíquotas, que variam entre 2 e 5%, sendo a mais comum de 5%.

4 ESTUDO PRÁTICO

Saber que o Brasil tem um elevado número de tributos e consequentemente elevada carga tributária não é nada difícil, basta perguntar para a um empresário. A alta carga tributária brasileira é um fator que assombra a maioria das empresas brasileiras e também a população em geral.

A pesquisa tem como propósito apresentar quanto efetivamente uma empresa metalúrgica desembolsa de tributos para desenvolver as suas atividades, e quanto os mesmos representam na sua economia.

Porém, antes de demonstrarmos efetivamente esses dados tributários, se faz necessário à apresentação da empresa, para saber qual a sua representatividade no mercado que atua.

4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A indústria metalúrgica estudada é uma Sociedade Anônima (S/A) de capital fechado, e está inserida no mercado de produção de componentes automotivos (autopeças), no segmento de veículos leves (veículos de passeio e comerciais leves) e de veículos pesados (caminhões, ônibus e máquinas agrícolas).

É uma empresa especialista e líder na área de usinagem e montagem de componentes automotivos (bloco para motor, cabeçote de motor, volante de motor, biela, entre outros) e está altamente preparada com inovações tecnológicas para atender seus clientes.

Possui instalações modernas, com equipamentos de última geração, dotados de sistemas de controle ambiental que atendem aos mais altos níveis de exigência do setor automotivo e as regulamentações ambientais pertinentes, com foco em sua responsabilidade social perante a comunidade.

Atualmente, a organização conta com uma mão de obra especializada de 1.078 colaboradores.

Devido a um desempenho em qualidade, capacidade produtiva e competitividade, a indústria possui como clientes as mais renomadas marcas do

mercado automobilístico e de sistemistas, dentre elas, Peugeot¹⁴, Iveco¹⁵, Fiat¹⁶, Volkswagen¹⁷, entre outras.

A empresa conta com uma grande diversidade de fornecedores, devido à alta exigência em prazos de entrega e qualidade por parte dos clientes.

O capital social da empresa em 31/12/07 e 31/12/08 foi de R\$ 59.075.640 (cinquenta e nove milhões, setenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais), divididos em 59.075.640 ações ordinárias e nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

4.1.1 Desempenho econômico

Mesmo com a crise no último trimestre de 2008, através de uma análise Horizontal (AH), verifica-se que a empresa fechou com um crescimento no faturamento bruto na ordem de 26%, se comparado a 2005 (Tabela 04).

Tabela 04 - Faturamento Bruto em milhares de reais						
2005	2006	AH %	2007	AH %	2008	AH %
201.114	224.653	12	179.774	-11	253.694	26

Fonte: Elaborado pelo autor¹⁸

Embora 2007 o faturamento bruto tenha fechado com uma queda em torno de 11%, devido a uma redução principalmente nas exportações, em função de uma desvalorização cambial ocorrida na economia, a empresa continua crescendo.

Parte desse crescimento se deve há investimentos em máquinas e equipamentos (Tabela 05).

Tabela 05 - Imobilizado em milhares de reais						
2005	2006	AH %	2007	AH %	2008	AH %
124.496	127.410	2	121.462	-2	181.351	46

Fonte: Elaborado pelo autor

¹⁴ Peugeot – fábrica de Barueri/SP.

¹⁵ Iveco – fábrica de Sete Lagoas/MG.

¹⁶ Fiat - fábrica de Betim/MG.

¹⁷ Volkswagen – fábrica de São Carlos/SP.

¹⁸ Anexo II – Balanço e DRE “Empresa metalúrgica de Curitiba”

Nota-se que houve um aumento no imobilizado na ordem de 46%, o que demonstra o investimento da empresa em novas máquinas, visando à melhoria da sua produtividade, bem como, suprir a demanda do mercado.

Através do indicador econômico “Rentabilidade do Patrimônio Líquido”¹⁹, que demonstra quanto à empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento total, observa-se uma redução de 2007 para 2008, onde fechou em 15,67 e 13,39, respectivamente.

4.2 CARGA TRIBUTÁRIA DA EMPRESA

Neste tópico se apresenta a carga tributária da empresa, que compõe os valores efetivamente desembolsados com tributos nos períodos de 2006, 2007 e 2008.

Para uma melhor visualização do destino dos tributos arrecadados pela empresa, houve uma subdivisão destes de acordo com a competência tributária, ou seja, se pertencem ao Município, Estado ou a União.

4.2.1 Competência privativa da União

Os tributos incidentes na indústria metalúrgica, de competência privativa da União são:

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto de Renda e Proventos de qualquer Natureza (IR);
- Imposto de Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
- Contribuição para a Seguridade Social (INSS);

¹⁹ A rentabilidade do Patrimônio Líquido é encontrada dividindo-se o lucro líquido do período pela média extraída do patrimônio líquido anterior com o atual $(LL/(PL \text{ anterior} + PL \text{ atual} / 2)) \times 100$.

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).²⁰

Através de um levantamento real, a tabela 06 mostra o total de desembolso que a indústria teve com tributos, destinados a União:

Tabela 06 - Tributos de competência privativa da União						
	2006	%	2007	%	2008	%
INSS	7.947.931	77,22	9.198.660	70,48	10.755.177	59,76
FGTS	2.127.999	20,68	2.357.611	18,06	3.417.112	18,99
IR	178.757	1,74	408.799	3,13	1.444.502	8,03
COFINS	-	-	741.911	5,68	1.309.670	7,28
IOF	37.806	0,37	168.018	1,29	579.476	3,22
PIS	-	-	176.557	1,35	325.906	1,81
CSLL	-	-	-	-	166.127	0,92
Total	10.292.494	100,00	13.051.555	100,00	17.997.971	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre os tributos de competência da União, nota-se um maior desembolso com a Previdência Social (INSS), que representou em 2006, 2007 e 2008, um total de 77,22%, 70,48% e 59,76%, respectivamente.

Conhecido o tributo de competência da União com a maior representatividade dentro da empresa, a seguir foi elaborada a tabela 07, comparando o total de tributos destinados a União com o faturamento bruto da empresa.

Tabela 07 - Comparação tributos União x Faturamento bruto			
	Faturamento (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	224.653.000	10.292.494	4,58
2007	179.774.000	13.051.555	7,26
2008	253.694.000	17.997.971	7,09

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando o quadro acima, verificamos que a empresa fechou com um desembolso de tributos, na ordem de 7,09% em relação ao seu faturamento bruto. Vale lembrar que os valores dos tributos analisados nos três períodos, são os

²⁰ O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não gerou desembolso nos períodos analisados (2006 a 2008), pois o processo da empresa é de industrialização, ficando com isso, o tributo suspenso conforme Art. 43, inciso VII, decreto 7.212 de 15 de junho de 2010.

efetivamente pagos pela empresa, e não as despesas que impactam na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Nos períodos analisados a empresa acumulava créditos com IPI, originados das operações de entrada de mercadorias e compensava trimestralmente com os tributos federais (Pis, Cofins, IR, CSLL). Desta forma, se verifica principalmente no período de 2006, que não houve desembolso, com exceção do IR, por parte da empresa.

Outra comparação feita com os tributos federais foi em relação ao lucro líquido, conforme demonstrado na tabela 08.

Tabela 08 - Comparação tributos União x Lucro Líquido			
	Lucro Líquido (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	32.574.000	10.292.494	31,60
2007	17.975.000	13.051.555	72,61
2008	14.771.000	17.997.971	121,85

Fonte: Elaborado pelo autor

Nessa comparação nota-se que à União a cada ano aumentou a sua arrecadação na empresa. Em 2008, é como se o governo absorvesse em arrecadação cem por cento mais 21,85% do lucro. Através dessa análise verifica-se o grande “peso” dos tributos dentro da empresa. O que se observa também é um aumento contínuo de desembolso com os mesmos.

4.2.2 Competência do Estado

No que diz respeito aos tributos de competência do Estado, a indústria teve ônus com o ICMS.

A tabela 09 demonstra o desembolso que a indústria metalúrgica teve com esse tributo no período de 2006 a 2008.

Tabela 09 - Tributos de competência do Estado			
	2006	2007	2008
ICMS	7.212.080,96	6.994.339,72	2.885.585,33
Total	7.212.080,96	6.994.339,72	2.885.585,33

Fonte: Elaborado pelo autor

Mesmo com uma queda apresentada em 2008, em virtude da crise financeira no último trimestre, o ICMS é um tributo de grande representatividade, neste caso em termos de ônus, para a empresa. A comparação desse tributo com o faturamento bruto pode ser verificada na tabela 10.

Tabela 10 - Comparação tributos Estado x Faturamento bruto			
	Faturamento (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	224.653.000	7.212.081	3,21
2007	179.774.000	6.994.340	3,89
2008	253.694.000	2.885.585	1,14

Fonte: Elaborado pelo autor

Por ser o único tributo de competência do Estado, se verifica uma representatividade consideravelmente alta se comparada com os tributos de competência da União, demonstrado na tabela 07.

Já a comparação dos tributos em relação ao lucro líquido é demonstrada na tabela 11.

Tabela 11 - Comparação tributos Estado x Lucro Líquido			
	Lucro Líquido (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	32.574.000	7.212.081	22,14
2007	17.975.000	6.994.340	38,91
2008	14.771.000	2.885.585	19,54

Fonte: Elaborado pelo autor

Na comparação com o lucro líquido, o ICMS representou um desembolso maior no período de 2007, na ordem de 38,91%. Neste caso, é como se o Estado arrecadasse esse percentual do lucro da empresa.

4.2.3 Competência dos Municípios

Em relação aos tributos que competem ao Município se observa na indústria a existência dos seguintes:

- Imposto de Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); e
- Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS).

O desembolso efetivo desses tributos pode ser acompanhado na tabela 12.

Tabela 12 - Tributos de competência do município						
	2006	%	2007	%	2008	%
IPTU	34.851,44	39,69	49.498,70	58,84	51.123,30	68,86
ISS	52.962,46	60,31	34.631,29	41,16	23.115,53	31,14
Total	87.813,90	100,00	84.129,99	100,00	74.238,83	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Como tributo de maior representatividade, no que diz respeito ao desembolso na esfera municipal, a empresa tem o IPTU, que fechou 2007 e 2008 representando 58,84% e 68,86%, respectivamente.

Para comparação dos tributos de competência do município, em relação ao faturamento bruto apresenta-se a tabela 13.

Tabela 13 - Comparação tributos Município x Faturamento bruto			
	Faturamento (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	224.653.000	87.814	0,04
2007	179.774.000	84.130	0,05
2008	253.694.000	74.239	0,03

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que os tributos de esfera municipal têm pouca representatividade ao comparar com o faturamento bruto da empresa.

Já a comparação dos tributos municipais em relação ao lucro líquido, pode ser acompanhada na tabela 14.

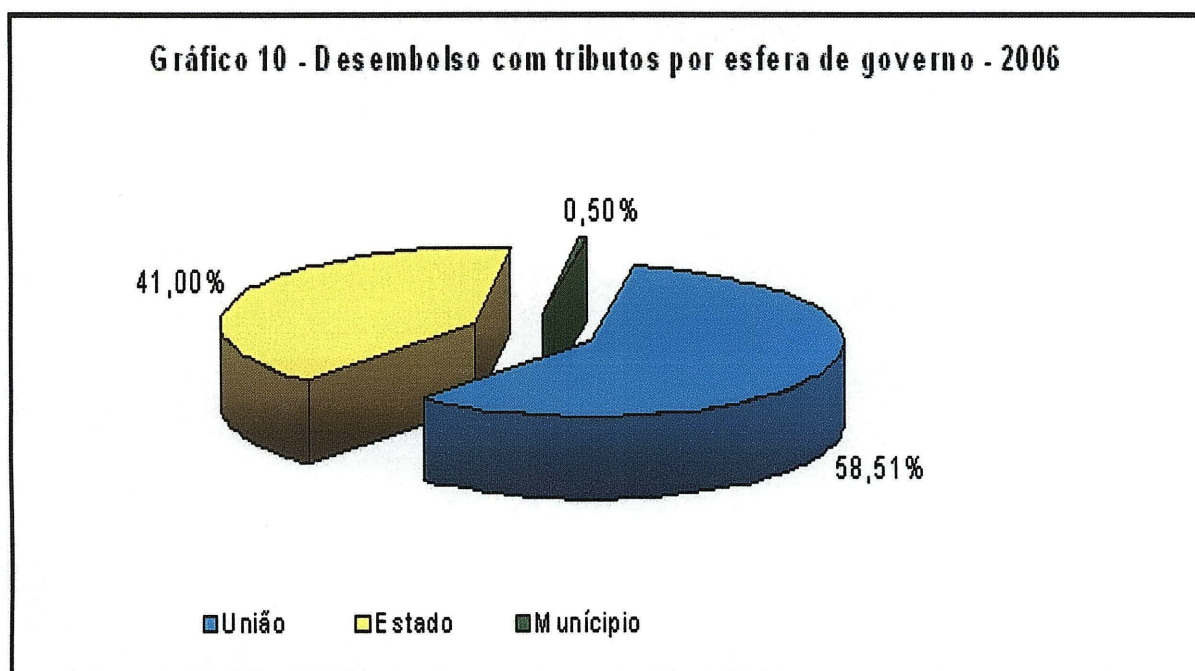
Tabela 14 - Comparação tributos Município x Lucro Líquido			
	Lucro Líquido (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	32.574.000	87.814	0,27
2007	17.975.000	84.130	0,47
2008	14.771.000	74.239	0,50

Fonte: Elaborado pelo autor

Da mesma forma os tributos de competência do município tem menor representatividade se comparado com o lucro líquido.

4.2.4 Arrecadação tributária por esferas de governo

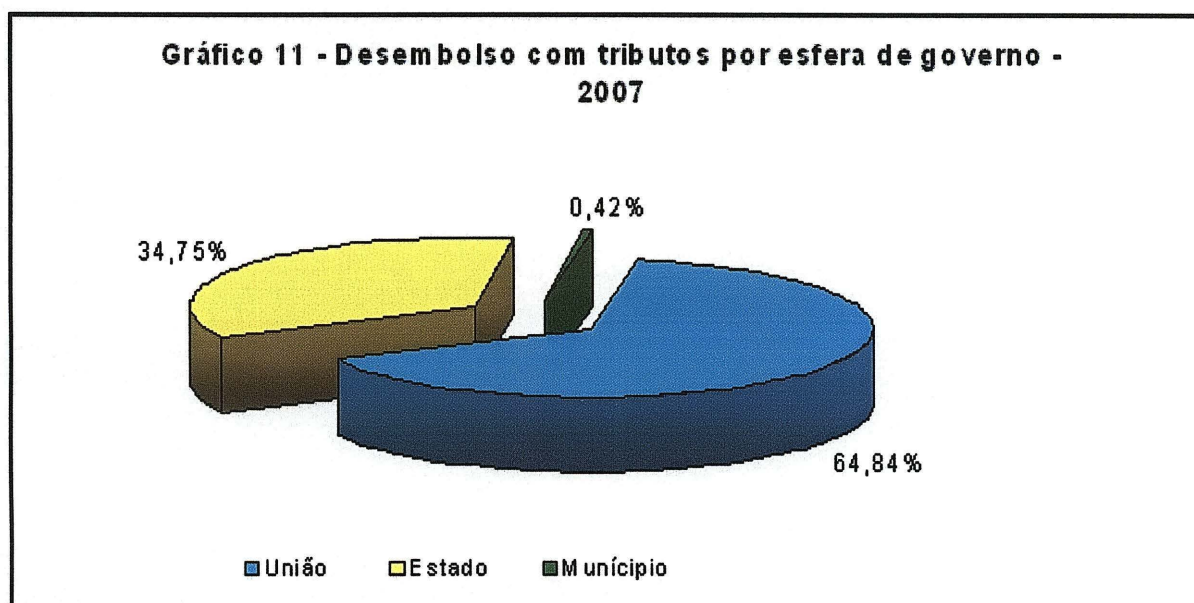
Com o objetivo de apresentar para qual esfera de governo a empresa destina a maior parte dos tributos, elaborou-se um gráfico para cada período em análise. O gráfico 10 demonstra o desembolso para o período de 2006.



Fonte: Elaborado pelo autor

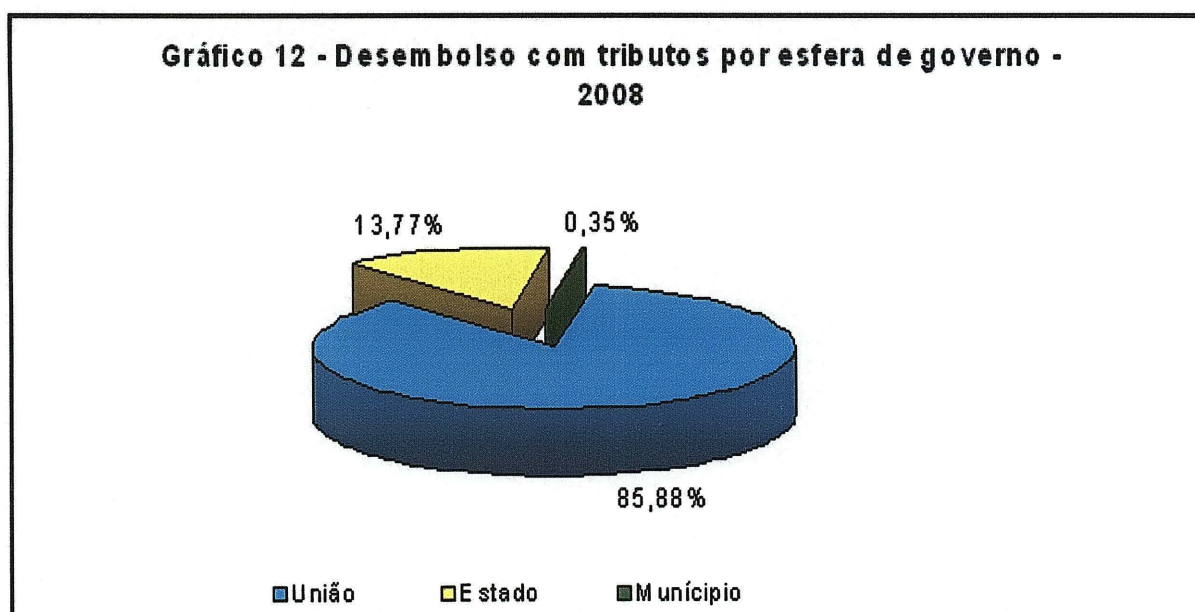
No gráfico 10, nota-se um desembolso maior com tributos federais, que representaram 58,51%. Os tributos de nível Estadual representaram 41%, e por último com pouca representatividade ficaram os tributos municipais.

Em 2007, a participação dos tributos federais da empresa aumentou em relação a 2006, fechando em 64,84%, com uma variação percentual positiva de 10,82%. Neste período, os tributos de competência da União foram à maioria, conforme mostra o gráfico 11.



Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2008, o percentual de desembolso com tributos federais aumentou ainda mais, chegando a 85,88%, como demonstrado no gráfico 12.

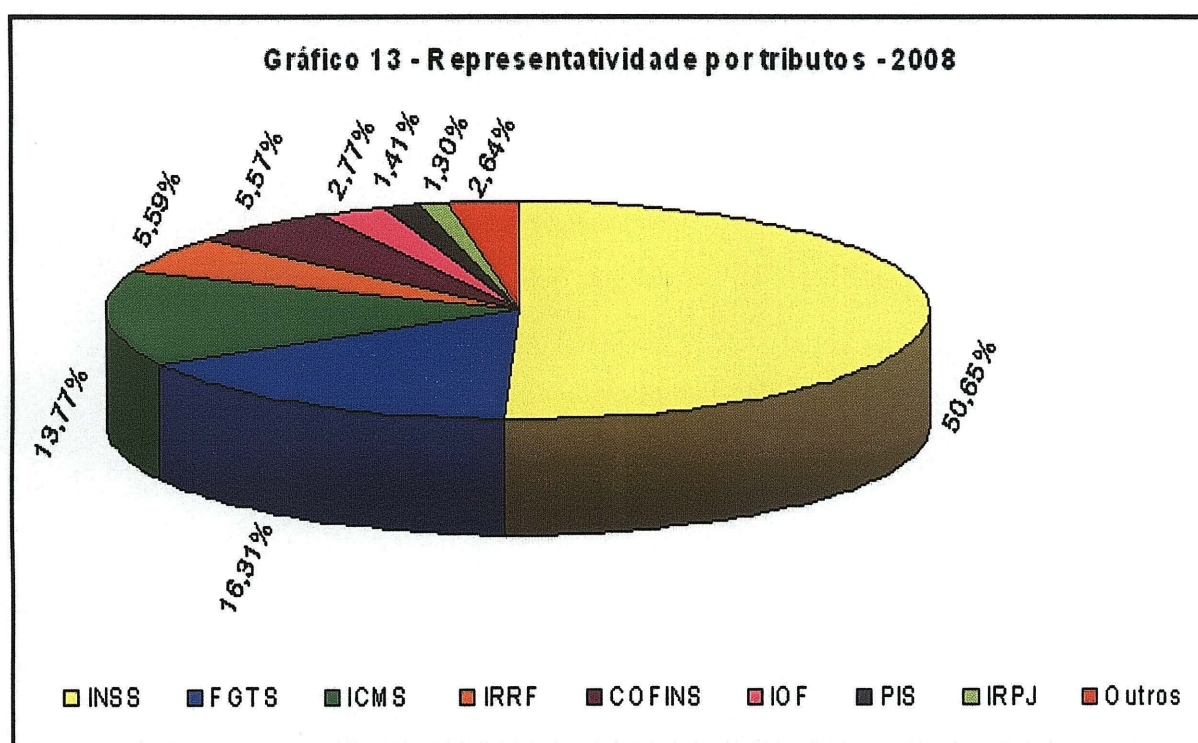


Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando os gráficos 10,11 e 12, nota-se que os tributos destinados a União tiveram um maior desembolso em todos os períodos. Isso demonstra como a arrecadação da empresa é altamente centralizada em uma esfera de governo. De outro lado, analisando a esfera de governo que teve menor destinação de recursos, que foi o município, verifica-se a dificuldade dos mesmos em manter seu orçamento, se não houvesse repasse de verbas da União.

Para finalizar a análise dos tributos desembolsados pela empresa, elaborou-se um gráfico contendo a representatividade de cada um no período de 2008.

O tributo que representou um maior desembolso para a empresa no período de 2008 foi o INSS. O tributo sozinho foi responsável por mais da metade do ônus. Na seqüência o FGTS e o ICMS fecharam a maior representatividade, em termos de dispêndio com tributos (gráfico 13).



Fonte: Elaborado pelo autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema tributário brasileiro, além de oneroso ao empresário é muito complexo. São vários os tributos que as empresas estão obrigadas a recolher, e muitas vezes, seus valores são altos impossibilitando a continuidade dos negócios.

A maioria das empresas paga os seus tributos, mas não sabe para qual esfera de governo está sendo destinada a maior parcela, e não faz idéia de qual tributo tem maior representatividade em termos de desembolso.

Ao se dividir os tributos da empresa por competência (União, Estado e Município), notou-se que a União ficou com a maior parcela nos períodos de 2006, 2007 e 2008, fechando em 58,51%, 64,84% e 85,88%, respectivamente. O estado ficou com a 2ª maior arrecadação, e o município teve a menor representatividade.

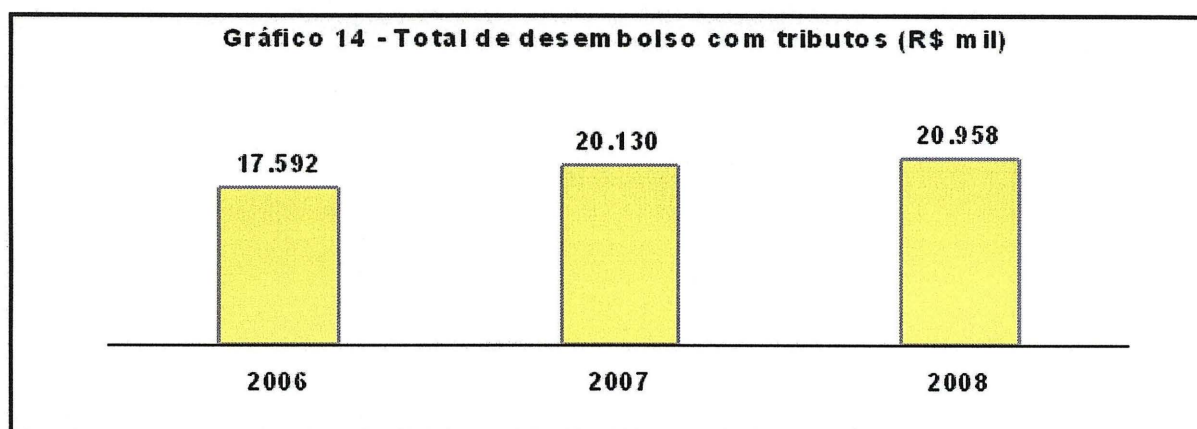
Dentre os tributos de competência da União, o INSS foi responsável pelo maior desembolso efetivo. Já a nível estadual, a empresa teve somente o ICMS, que apesar de único é um tributo bastante representativo. De competência municipal o IPTU foi o que mais gerou ônus.

Ao analisar o conjunto de encargos pagos nos três períodos, o INSS foi o que mais teve dispêndio financeiro. Esse tributo sozinho consumiu 47,5% dos recursos, conforme informações na tabela 15.

Tabela 15 - Tributos desembolsados na "indústria Metalúrgica" (R\$ mil)					
	2006	2007	2008	Total	%
INSS	7948	9199	10755	27.902	47,5
FGTS	2128	2358	3417	7.903	13,5
IR	179	409	1445	2.032	3,5
COFINS	0	742	1310	2.052	3,5
IOF	38	168	579	785	1,3
PIS	0	177	326	502	0,9
CSLL	0	0	166	166	0,3
ICMS	7212	6994	2886	17.092	29,1
IPTU	35	49	51	135	0,2
ISS	53	35	23	111	0,2
				58.680	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação ao total de tributos desembolsados pela empresa nos períodos de 2006, 2007 e 2008 (gráfico 14), nota-se um pequeno, porém, contínuo aumento.



Fonte: Elaborado pelo autor

Enfim, visualiza-se na tabela 16 que a carga tributária (com exceção do Estado em 2008), incidente na operatividade da empresa, vêm a cada exercício absorvendo maiores recursos financeiros, o que sugere a implantação de controles específicos na área.

Tabela 16 - Tributos União, Estado e Município x Lucro Líquido			
UNIÃO	Lucro Líquido (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	32.574.000	10.292.494	31,60
2007	17.975.000	13.051.555	72,61
2008	14.771.000	17.997.971	121,85
ESTADO	Lucro Líquido (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	32.574.000	7.212.081	22,14
2007	17.975.000	6.994.340	38,91
2008	14.771.000	2.885.585	19,54
MUNICÍPIO	Lucro Líquido (R\$)	Tributos (R\$)	Representatividade (%)
2006	32.574.000	87.814	0,27
2007	17.975.000	84.130	0,47
2008	14.771.000	74.239	0,50

Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa foi satisfatória na medida em que as questões foram respondidas, muito embora, recomendam-se outros estudos tributários voltados ao setor de autopeças, uma vez que, houve grande dificuldade em encontrar dados tributários específicos do setor.

6 REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BETTONI, Jaime. **Gestão Tributária**. Paraná: 2009.

BRASIL, **Código Tributário Nacional**. 24^a ed. São Paulo: Atlas, 1996

BRASIL, **Constituição Federal**. 1988

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1998

MELO, José Eduardo Soares de. **Curso de Direito Tributário**. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2004.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.

PIRES, Adilson Rodrigues. **Manual de Direito Tributário**. 10. ed. Rio e Janeiro: Forense, 2002.

TEIXEIRA, Paulo Henrique; ZANLUCA, Júlio César. **Imposto de Renda das Empresas**. 1. ed. Curitiba: Betânia, 2005.

REVISTA SINDIPEÇAS. **Desempenho do setor de autopeças**. 2009.

<http://www.finep.gov.br> acessado em 15/04/10

<http://www.sindipeças.org.br> acessado em 01/05/10

<http://www.receita.fazenda.gov.br> acessado em 19/05/10

ANEXOS

Anexo I: Informações econômicas do setor de autopeças .

Anexo II: Balanço e DRE “Empresa Metalúrgica de Curitiba”.

ANEXO I – Informações econômicas do setor de autopeças

Distribuição geográfica das empresas – 1998 x 2008

Geographic distribution of companies – 1998 x 2008



Fontes/Sources:
513 empresas associadas em 1998 e 477 em 2008.
513 members in 1998 and 477 in 2008.

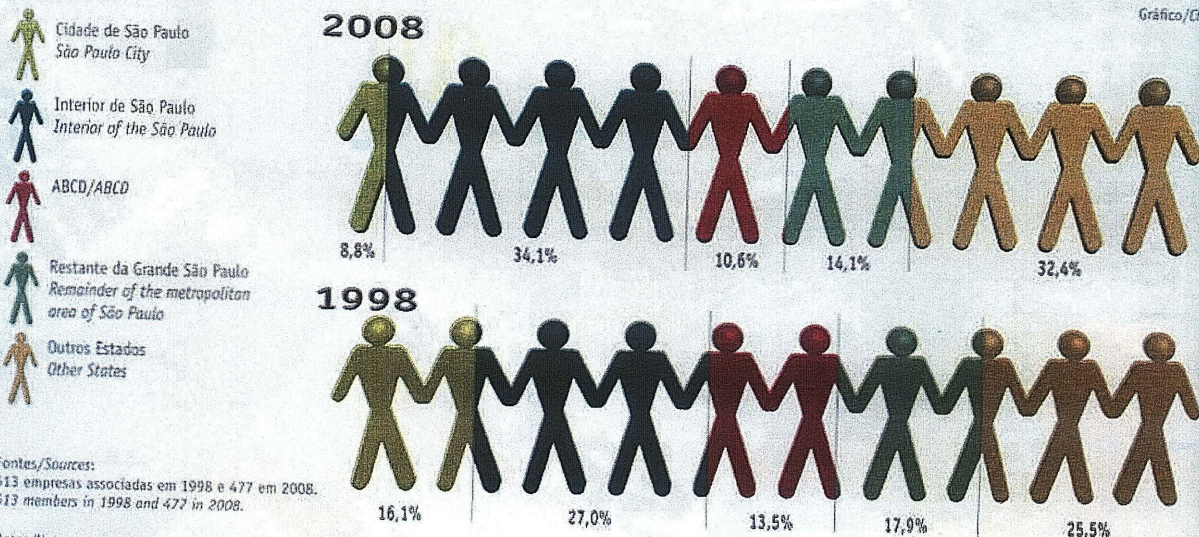
Notas/Notes:

1. ABCD refere-se, respectivamente, às cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.
ABCD refers to the cities of Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul and Diadema respectively.
2. Restante da Grande São Paulo refere-se a empresas localizadas em municípios como Guarulhos, Osasco, Mauá e Mogi das Cruzes.
Remainder of the metropolitan area of São Paulo refers to companies located in cities as Guarulhos, Osasco, Mauá and Mogi das Cruzes.
3. Interior de São Paulo refere-se a empresas localizadas em municípios como Campinas, Limeira, Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos.
Interior of the São Paulo refers to companies located in cities as Campinas, Limeira, Jundiaí, Sorocaba and São José dos Campos.
4. Outros Estados refere-se a empresas localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas.
Other States refers to companies located in the States of Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará and Amazonas.

Gráfico/Chart

Distribuição geográfica dos empregados – 1998 x 2008

Geographic distribution of employees – 1998 x 2008



Fontes/Sources:
513 empresas associadas em 1998 e 477 em 2008.
513 members in 1998 and 477 in 2008.

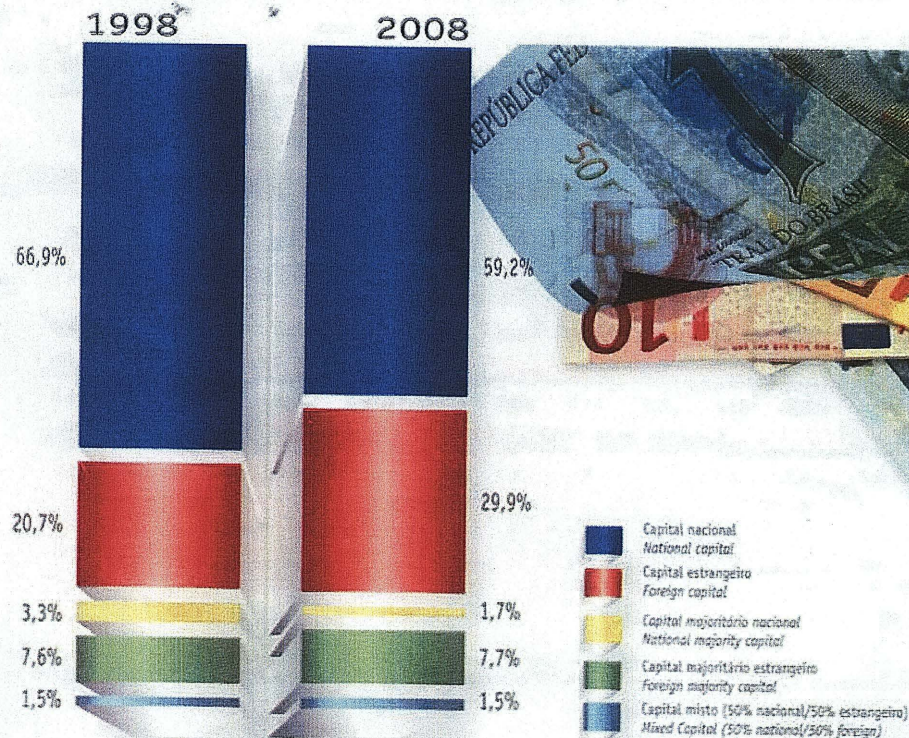
Notas/Notes:

1. ABCD refere-se, respectivamente, às cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.
ABCD refers to the cities of Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul and Diadema respectively.
2. Restante da Grande São Paulo refere-se a empresas localizadas em municípios como Guarulhos, Osasco, Mauá e Mogi das Cruzes.
Remainder of the metropolitan area of São Paulo refers to companies located in cities as Guarulhos, Osasco, Mauá and Mogi das Cruzes.
3. Interior de São Paulo refere-se a empresas localizadas em municípios como Campinas, Limeira, Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos.
Interior of the São Paulo refers to companies located in cities as Campinas, Limeira, Jundiaí, Sorocaba and São José dos Campos.
4. Outros Estados refere-se a empresas localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas.
Other States refers to companies located in the States of Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará and Amazonas.

Origem do capital – 1994 x 2008
Origin of capital – 1994 x 2008



Distribuição das empresas conforme a origem do capital – 1998 x 2008
Companies distribution according to the origin of capital – 1998 x 2008



Fontes/Sources: 513 empresas associadas em 1998 e 477 em 2008 / 513 members in 1998 and 477 in 2008.

Gráfico/Chart

Distribuição de faturamento, número de empregados, unidades industriais e volumes de exportação e importação por Estado

Distribution of total sales, employees, plants, exports and imports by State



Fontes/Sources: Sindipeças (faturamento/total sales; empregados/employees e/unidades industriais/plants) e/and MDIC (exportações/exports e/and importações/imports).

Notas/Notes:

1. Faturamento em 2007 (em US\$ milhões)/Total sales in 2007 (in US\$ million): US\$ 35.053
2. 217 mil empregados em 2007 / 217 thousand employees in 2007.
3. 659 unidades industriais em 2007 / 659 plants in 2007
4. Exportações em 2008 / Exports in 2008 (US\$ FOB): 10.071.303.779
5. Importações em 2008 / Imports in 2008 (US\$ FOB): 12.609.723.351
6. Outros Estados/Other States: Exportações/Exports: 0,22% e/and Importações/Imports: 6,02%
7. O faturamento por Estado é obtido através do cálculo da proporção do número de empregados alocados no Estado das empresas associadas ao Sindipeças / The turnover by State is obtained from the calculation of the proportional number of employees working in the State of the Sindipeças members.

ANEXO II – Balanço e DRE “Empresa Metalúrgica de Curitiba”

Balanco e DRE "Empresa Metalúrgica de Curitiba"

[illegible]